

**50
ANOS**
1974-2024

23 | 24 | 25 OUTUBRO 2024
UNIVERSIDADE DOS AÇORES



**MEIO SÉCULO DEPOIS DE ABRIL
A REVOLUÇÃO NO ESPAÇO ATLÂNTICO**

CONGRESSO INTERNACIONAL COMEMORATIVO DO
50º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

COM O ALTO PATROCÍNIO DA PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

ORGANIZAÇÃO



APOIOS



PARCEIROS



PARCEIRO MEDIA



LIVRO DE RESUMOS



CONFERÊNCIA

25 de Abril e o lugar de Portugal no Mundo

Nuno Severiano Teixeira

Apresentação: Professor Catedrático aposentado, antigo vice-reitor da Universidade NOVA de Lisboa (2013-2017). Doutorado em História das Relações Internacionais pelo Instituto Universitário Europeu, em Florença e Agregado em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade NOVA de Lisboa. Foi Visiting Professor na Universidade de Georgetown (2000), Visiting Scholar na Universidade da Califórnia, em Berkeley (2004) e Senior Visiting Scholar no Instituto Universitário Europeu, Florença (2010). Foi diretor do Instituto de Defesa Nacional (1996/2000), ministro da Administração Interna (2000-2002) e ministro da Defesa (2006-2009) do Governo português. Tem vasta obra publicada sobre história militar, história das relações internacionais, história da construção europeia e questões de política externa, segurança e defesa.

Movimentos culturais e resistência democrática. Uma visão panorâmica

Luís Manuel Crespo de Andrade

Resumo: Os homens do pensamento, das letras e das artes estiveram na primeira linha do combate cívico e político pela restituição da liberdade e da democracia, desde a implantação da ditadura saída do golpe militar de 28 de Maio de 1926 até à revolução de 25 de Abril de 1974.

Os movimentos culturais que estes intelectuais estruturaram organizaram-se, por regra, em torno de ideários precisos e distintos, como era próprio de uma época que acreditava que as doutrinas moldavam, só por si, a história dos homens.

Embora sujeitas a censura prévia, as revistas de ideias e cultura tornaram-se, então, personagens colectivas, capazes tanto de dar voz comum aos autores que congregavam quanto de definir e alentar movimentos de opinião junto dos seus leitores.

Ainda que as correntes da resistência democrática culta tenham conhecido manifestações em domínios muito variados - da poesia e do romance à actividade editorial, da música e da historiografia à divulgação científica -, é claro que estas se consolidaram em torno de tendências doutrinárias estruturadas por publicações periódicas.

Cinquenta anos volvidos sobre o 25 de Abril, é possível fazer um balanço geral sobre a valia intelectual e a coragem cívica dos movimentos culturais de resistência democrática, numa abordagem panorâmica de alguma das suas manifestações principais.

Destacaremos, para este efeito, o movimento seareiro, dado a conhecer nas suas 1522 edições entre 1921 e Abril de 1974, a acção neo-realista, de matriz marxista, pujante a partir de 1939, e o compromisso católico progressista, que conheceu o dealbar de uma vocação própria na primeira série de *O Tempo e o Modo*.

Far-se-á alusão, ainda, a alguns outros títulos da imprensa republicana, libertária, socialista, literária e artística, dirigidos e redigidos por homens de letras que não se deixaram submeter à ditadura nem privar da liberdade de pensar e de agir.

Nota biográfica: Luís Manuel Crespo de Andrade é professor do Departamento de Filosofia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (aposentado), Coordenador do Grupo de Investigação Pensamento Moderno e Contemporâneo do CHAM – Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, Director do Portal *Revistas de Ideias e Cultura* (revistasdeideias.net). É autor de vários estudos sobre a cultura portuguesa contemporânea, como *Intelectuais, utopia e comunismo. A inscrição do marxismo na cultura portuguesa* (Gulbenkian, 2010) e *O essencial sobre a Seara Nova* (INCM, 2021).

Espaço público habitado: as performatividades da pintura na revolução portuguesa de 25 de Abril

Cristina Pratas Cruzeiro

Resumo: A revolução portuguesa teve como característica a profusa presença dos cidadãos nas ruas, habitando e intervindo nos espaços públicos das cidades. Essa característica estendeu-se de forma muito expressiva ao campo das artes, tendo-se manifestado em várias práticas, nomeadamente a do muralismo.

E.M. de Melo e Castro referiu-se aos anos seguintes ao dia 25 de Abril de 1974, considerando que o “laboratório saltou para a rua” numa “explosão de visualismo que se encontra nas paredes das cidades e das estradas portuguesas (...)”. De facto, a pintura mural foi uma das formas de expressão visual mais destacadas neste período tendo sido praticada por partidos políticos, sindicatos e associações de carácter diverso. Vários artistas participaram ou realizaram algumas dessas pinturas murais, aplicando múltiplas metodologias e formas de trabalho colectivo. A inspiração de alguns exemplos do estrangeiro, assim como a própria associação do muralismo a contextos revolucionários ou de ruptura, são aspectos caracterizadores da pintura mural que se realizou durante as décadas de 1970 e 1980 em Portugal e que ainda hoje, nos 50 anos do 25 de Abril, permanece na memória colectiva do país.

A comunicação pretende partir dos novos usos do espaço público durante o período revolucionário português, interligando essa questão à prática muralista e aos formatos que a mesma foi adquirindo no contexto da revolução portuguesa de 25 de Abril de 1974.

Nota biográfica: Cristina Pratas Cruzeiro é Investigadora Auxiliar no Instituto de História da Arte, Universidade NOVA de Lisboa. Concluiu o Doutoramento em 2014 na Especialidade de Ciências da Arte (Faculdade de Belas Artes, Universidade de Lisboa) e entre 2017 e 2022 desenvolveu o projecto de Pós-Doutoramento intitulado Colaboração e Colisão: Intervenção pública e política da arte, no Instituto de História da Arte, Universidade NOVA de Lisboa. O Doutoramento e o Pós-Doutoramento foram financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Foi professora convidada na FBAUL entre 2008 e 2018. A sua investigação centra-se na relação das práticas artísticas com a sociedade em diferentes perspectivas, com especial enfoque para a articulação com a política. Tem publicado vários artigos e capítulos de livro sobre as artes plásticas e a revolução do 25 de Abril (1974, Portugal) e prepara uma publicação da sua autoria sobre este tema.

Os impactos da ditadura do Estado Novo nas famílias dos opositores políticos

Marianela Brazão Valverde

Resumo: À distância de cinquenta anos do término da ditadura do Estado Novo, constata-se que a construção historiográfica em torno da resistência se tem centrado quase exclusivamente nos actores políticos enquanto presos políticos, clandestinos, exilados ou deportados, como marcos contra o regime e os seus processos de militância, partindo dos múltiplos significados resultantes dos domínios da perseguição, da violência e da tortura. Todavia, não basta evocar os opositores políticos quando abordamos a questão da resistência. Esta convocação, sendo parcelar, induz à interpretação de que foram estes os seus exclusivos actores, o que gera uma avaliação enviesada do concreto panorama do resistir que existiu no período do regime fascista do Estado Novo, tendo em conta que os processos de resistência à ditadura provenientes dos familiares destes opositores políticos são também elementos constituintes da História. A revelação de novos aspectos que os testemunhos das famílias apresentam, permitem o desvendar de acontecimentos históricos desconhecidos, constituindo como tal, um elemento valioso para a construção da memória social.

Nota biográfica: Licenciada em Comunicação e Jornalismo pela ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e Mestre em História Contemporânea pela FCSH-Universidade Nova de Lisboa.

Doutorada em História, na vertente de História Contemporânea, pela FCSH-Universidade Nova de Lisboa sob orientação da Professora Doutora Maria Fernanda Rollo, centra a sua investigação nos impactos da ditadura do Estado Novo nos familiares e os seus processos de resistência. Como áreas de interesse e de investigação destaca a História da resistência aos regimes fascistas e a Roda dos Expostos no concelho de Almada (1805-1865).

Cultura e Constituição no caminho para a revolução de 1974

Urbano Sidoncha

Idalina Sidoncha

Resumo: Um dos olhares indispensáveis sobre o 25 de Abril de 1974 é o que resulta da avaliação do papel e da presença da Cultura nas Constituições de 1933 e de 1976. Sendo o texto constitucional um repositório das escolhas e dos valores duradouros, traduzindo as opções perenes da comunidade, o diálogo entre os projectos constitucionais de 1933 e de 1976 oferece-nos uma métrica preciosa e singular para avaliar o papel da Cultura no horizonte das opções de fundo do Estado e a forma como tais opções se repercutiram em várias dimensões da nossa vida colectiva. De justificação tardia das opções tomadas à revelia das comunidades e do pulsar dos indivíduos, efeito duma certa visão assistencialista e paternalista do Estado, a matriz a partir da qual todas as escolhas podem desenhar-se no horizonte de uma autonomia plena, dos sujeitos e das comunidades, esta discussão é central para que se possa aquilatar os ponderosos efeitos de abril na afirmação da centralidade da Cultura. É um instrumento essencial para avaliar o caminho da revolução, como pode ler-se na própria designação do Painel. Ademais, sendo a própria Constituição um fenómeno cultural, é indispensável que, no cinquentenário da revolução dos cravos, possamos aprofundar esta discussão que tem estado largamente ausente dos debates sobre abril e sobre a cultura.

Notas biográficas:

Urbano Sidoncha é licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1999) e doutorado em Filosofia Contemporânea pela mesma Universidade (2007). Foi Investigador contratado do Instituto de Filosofia da Linguagem da FCSH da Universidade Nova de Lisboa entre 1999 e 2000. Professor associado da FAL/UBI, foi responsável pela criação e primeiro Diretor dos Cursos de Ciências da Cultura e do Mestrado em Estudos de Cultura, ambos da UBI. Foi Diretor do Curso de Filosofia desta universidade entre setembro de 2009 e dezembro de 2015. Vice-coordenador e investigador integrado do PRAXIS, dirige igualmente o Grupo de Investigação sobre Fenomenologia e Cultura e a linha de investigação de Cultura. É autor de livros, capítulos de livro e artigos publicados em Espanha, Itália, Brasil e Portugal. Foi o primeiro representante, pela UBI, na Comissão Especializada em Arte e Cultura do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesa (CRUP) e o presidente do Conselho Estratégico da GUARDA 2027, Candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura em 2027. É o (primeiro) presidente da InterCult, a Associação Internacional de Pesquisadores das Culturas, sociedade científica no âmbito dos Estudos de Cultura que reúne 20 universidades de Portugal, Brasil e Moçambique. É, igualmente, o presidente da AFFEN, Associação Portuguesa de Filosofia Fenomenológica.

Idalina Sidoncha é licenciada e mestre em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e doutorada em História da Filosofia e da Cultura Portuguesa pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Atualmente, é investigadora do PRAXIS-Centro de Filosofia, Política e Cultura e professora auxiliar no Departamento de Comunicação, Filosofia e Política da Universidade da Beira Interior. Leciona unidades curriculares afetas a várias áreas científicas e em diferentes graus de ensino e tem dedicado a sua investigação aos temas da Estética e da Filosofia da Cultura. Integra a equipa científica da rede internacional Culturas.CC e é autora dos livros O Problema do Conhecimento em Francisco Sanches, editado em julho de 2013 pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda e A Reflexão Estética em Francisco de Holanda: esboço de uma metafísica da ideia, editado em 2019 pela editora LabCom.IFP, Coleção TaPragmata - Livros de Filosofia Prática.

Vozes da revolução. Uma história oral da cultural dissidente portuguesa (1968-1974)

Valeria Rotili

Resumo: Entre 1968 e 1974, Lisboa foi palco de uma inesperada ebulição cultural, que tentava ganhar espaço sob uma censura interna rígida e um evidente retrocesso no contexto europeu. Por trás da arte oficial e da propaganda promovidas pelo poder central, novas correntes de cinema, arte, música e teatro tornavam-se verdadeiras fábricas de inovação e resistência. Tanto que, na noite de 25 de abril de 1974, a canção “Grândola Vila Morena”, de Zeca Afonso, foi escolhida como sinal para o início da revolução. Com a rádio ligada – esperando o momento para agir – não estavam só os militares, mas também o cineasta Fernando Matos Silva, que filmou o decorrer dos eventos. Em consequência de uma ação lenta, constante, e ainda hoje subestimada, a “cultura”, alcançando todas as partes da nação, conseguiu promover ideias de justiça e democracia e despertar cidadãos paralisados pela pobreza e pela guerra a criar uma nova consciência popular, pronta a erguer-se com toda a sua força no biénio sucessivo à queda do Estado Novo.

Com esta apresentação apresentarei estes aspectos construídos a partir das entrevistas realizadas por mim a alguns dos expoentes do panorama cultural, espelho do mais complexo fermento da mudança de então. Em particular irão ser partilhadas as experiências dos músicos Francisco Fanhais, Carlos Alberto Moniz, Afonso Dias, Samuel Quedas, Maria do Amparo, Sérgio Godinho, Manuel Freire, do cineasta Fernando Matos Silva, do artista plástico Manuel Costa Cabral e do encenador Jorge Silva Melo. Esta história oral, junto com a análise das letras das canções e das fontes audiovisuais (como as da RTP e os filmes do Cinema Novo), irão traçar o contexto do Portugal antes da revolução, cheio de contradições, de limites, mas também de vivacidade e criatividade.

Nota biográfica: Nascida em Roma em 1992, Valeria Rotili tem mestrado com honras em História Contemporânea pela Universidade La Sapienza de Roma. Desde 2022 é membro do AISO, Associazione italiana di storia orale. Em 2015, no contexto da licenciatura em História Contemporânea (La Sapienza), desenvolveu a tese de história oral sobre as políticas culturais em Roma do fim do anos ‘70, com o título “1977–1985: l’Estate Romana, un progetto di cultura democratica”. Depois de ter vivido um ano em Lisboa, decidiu indagar sobre a história da revolução dos cravos e desfrutar da possibilidade de entrevistar os seus protagonistas. Projecto que veio posteriormente, em 2020, a desenvolver no âmbito da tese de mestrado “25 abril vozes da revolução - A música de intervenção do marcelismo à Constituição de 1976”, caracterizada pelo estudo uso das fontes orais e audiovisuais. Entretanto, desde 2016 colabora como editora de vídeo na NACNE - produtora de documentários históricos. Onde, em particular, trabalhou nos filmes da RAI: “La tredicesima battaglia” (2017), “Sono nato comunista” (2017), “The remnants” (2017), “A declaration of love” (2021). Em 2021 escreveu e editou, pelo Município de Roma, “Voci e volti della memoria”, uma curta-metragem com entrevistas de arquivo aos sobreviventes da Shoah.

Em 2017 empreendeu a investigação de vídeos nos arquivos do Toronto, Bolonha e arquivos pessoais para a realização do filme documentário “Non sono mai tornata indietro”, vencedor de inúmeros prémios como o Biografilm Festival. Em junho de 2022 participou na formação “Scuola di storia orale e public history nel paesaggio metropolitano di Roma” promovida pela o AISO.

Em fevereiro de 2024 fez parte da organização, coordenada pela professora Lidia Piccioni da Universidade La Sapienza, das sessões de estudo sobre as “Fonti per la storia del territorio in età contemporanea” promovidos pela Universidade La Sapienza, a Fundação Benetton e La Società Romana di Storia Patria.

Do Movimento dos Capitães ao Programa do MFA

Aniceto Afonso

Resumo: A - Movimento dos Capitães – nascimento, condições e pressupostos da intervenção dos militares na política, caracterização militar e sociológica dos conspiradores.

B - Movimento das Forças Armadas – importância da reunião de Cascais, em 5 de março de 1974, na mudança dos objetivos do movimento, necessidade de um programa político.

C - Programa do MFA – Bases e elaboração do Programa.

D – Conclusões.

Nota biográfica: Coronel do Exército na situação de Reforma. Concluiu o curso de Artilharia da Academia Militar em 1963. Cumpriu comissões em Angola (1969-1971) e em Moçambique (1973-1975).

Fez a licenciatura em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1980 e o Mestrado em História Contemporânea de Portugal pela mesma Faculdade em 1990.

Foi professor de História na Academia Militar de 1982 a 1985 e de 1999 a 2005. Foi diretor do Arquivo Histórico Militar (Lisboa) de 1993 a 2007 e responsável pelo Arquivo da Defesa Nacional de 1996 a 2007.

É membro da Comissão Portuguesa de História Militar e investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa.

É autor e coautor (com Carlos de Matos Gomes) de diversos livros relacionados com a História Contemporânea de Portugal, em especial em torno da Grande Guerra e da Guerra Colonial, de que se destaca: Guerra Colonial, Porto Editora, 2020 (1ª edição, 1997-1998, Diário de Notícias); O MFA em Moçambique, do 25 de Abril à Independência, Edições Colibri, 2019; A Guerra, Lisboa, Público, 16 vols., 2017; A Conquista das Almas, col. Ephemera, 2016; Alcora, a Aliança Secreta do Colonialismo, 2013; A Hora da Liberdade, 2012 (com Joana Pontes e Rodrigo de Sousa e Castro); O Meu Avô Africano, Casa das Letras, 2009; Os Anos da Guerra Colonial, 16 vols., 2009; Portugal e a Grande Guerra, 2003; História de uma conspiração. Sinel de Cordes e o 28 de Maio, Editorial Notícias, 2001; e Diário da Liberdade, Âncora, 1995.

Colaborou na História de Portugal, Ediclube, 1993; e na História Contemporânea de Portugal, Amigos do Livro, 1986, ambas dirigidas por João Medina.

É autor de vários artigos, prefácios e colaborações, assim como participante em colóquios e seminários relacionados com a História Contemporânea de Portugal.

Redes ibéricas: Mário Soares y el Partido Socialista Popular de España (1965-1978)

Enrico Giordano

Resumo: Para el Partido Socialista del Interior y el Partido Socialista Popular (PSI/PSP), surgidos como evolución del grupo político de Enrique Tierno Galván, Mário Soares constituyó siempre un aliado y un referente fundamental. Aunque la historiografía suele atribuir esta alianza al respeto mutuo entre el líder portugués y Tierno, esta cooperación mutua se basaba principalmente en la amistad entre Soares y Raúl Morodo, el hombre de acción del PSP. Los dos se conocieron con razón de la investigación sobre el asesinato de Humberto Delgado: se originó así una fuerte amistad que pasó por muchos lugares y etapas, del exilio de París a las reuniones socialdemócratas en Chile y Venezuela, de los encuentros en el Lisboa posrevolucionario a la última fase, en los 90s, en la que Soares era Presidente de la República y Morodo Embajador de España en Portugal. Dicha amistad incidió profundamente en las relaciones entre los dos partidos. El apoyo de Soares tuvo como escenarios principales los círculos socialdemócratas mundiales: sus puntos clave fueron el apoyo para la admisión del PSI en la Internacional Socialista (IS), la ayuda en las relaciones con el Partido Socialdemócrata Alemán, y el intento de favorecer la reunificación del socialismo español. La labor paciente de Soares tuvo cierta eficacia hasta 1974, cuando el estallido imprevisto de la Revolución de los Claveles en Portugal y su sucesiva radicalización cambiaron el panorama político occidental: el cambio de actitud en la socialdemocracia alemana llevó a fortalecer los esfuerzos para contrarrestar a los partidos comunistas ibéricos y a quienes colaboraban con ellos, como el PSP español. Sin embargo, la derrota del partido de Tierno y Morodo en las elecciones de 1977, debida también a la falta de financiación externa, llevó a la materialización del proyecto de Soares y la IS: la (re)unificación entre el PSP y el PSOE, que se celebró en Madrid bajo la mirada del líder socialista portugués y de otros dirigentes europeos.

Nota biográfica: Investigador en Formación y Doctorando en la Universidad Autónoma de Madrid y en La Sapienza di Roma, con una beca doctoral Gerda Henkel, llevando una tesis sobre las relaciones internacionales del grupo político de Enrique Tierno Galván y Raúl Morodo. Actualmente cuida la catalogación del archivo privado de Raúl Morodo, en colaboración también con la Fundación Pablo Iglesias. Tras el grado en “Storia contemporanea” en el ateneo romano con nota máxima, cursa un posgrado en la misma institución, que se aprueba cum laude gracias también al año de Erasmus en la UAM y una estancia de investigación privada. Gracias a la beca “Torno Subito”, de la Regione Lazio, frecuenta el Máster en Historia del Mundo de la Universitat Pompeu Fabra, y un período de investigación en el Istituto di Storia dell’Europa Mediterranea, órgano del Consiglio Nazionale della Ricerca. Sucesivamente vive en Perpignan, Santa Cruz de Tenerife y Moscú: aquí da clases en el Centro di Cultura Italiano, es profesor de Historia y Filosofía en un bachillerato y preparador para las Olimpiadas de Cultura Italiana. Con el inicio del proyecto de doctorado obtiene la co-tutela entre los dos ateneos y empieza una serie de publicaciones (un libro y numerosos artículos), congresos internacionales y conferencias, con papeles también de organización. Obtiene varias becas, como la Vibeke Sørensen del Instituto Europeo de Florencia, y realiza estancias de investigación y docencia como en la Universidad de Bonn, en la Sapienza y en la Universidad Complutense de Madrid. Es miembro de la redacción de la revista “Spagna Contemporanea”, de la Asociación de Historia Contemporánea, de la Asociación de Historia Pública, de la Associazione Italiana di Storia Urbana, de la Associazione Italiana di Storia Orale y de la History of European Integration Researchers’ Society.

Reluctant Revolutionaries. Poland, the Eastern Bloc and Portugal 1974-1976

Jakub Szumski
José Luis Aguilar López-Barajas

Resumo: On January 17, 1975, Polish communist leader Edward Gierek arrived in Lisbon. Gierek, the first statesman from the Eastern Bloc invited after the 1974 coup d'état, was greeted at the airport and encouraged to help co-write the "new history of Europe". In subsequent talks with the Portuguese delegations, Polish leaders presented the country's unique model of state socialism, which accommodated private farming, religious tolerance, and a quasi-multiparty system. The Portuguese, who at that time looked around the world for inspiration for a potentially non-capitalist and non-liberal future, declared to take lessons from the Soviet and Eastern Bloc examples in building a "pluralistic socialist society."

But in the end, the Eastern Bloc played the role of a reluctant revolutionary. Contrary to the notions of massive support for the Portuguese communists from abroad, this paper shows how the Eastern Bloc contained and mitigated the domestic or geopolitical experiments of the Portuguese revolution. A key role in this process was played by Poland which served as a perfect emissary of this mitigating message.

This paper uses Edward Gierek's January 1975 visit to paint a broad picture of the Eastern Bloc's engagements with the Portuguese revolution. By spotlighting Polish-Portuguese relations through archival documents from both countries and attitudes across the Eastern Bloc, this paper questions the viability of Portugal as a potential alternative to Western capitalism and liberal democracy during the 1970s, since it shows, how even the countries which nominally represented such an alternative, did little to encourage Portugal to follow it.

Notas biográficas:

Jakub Szumski is postdoctoral researcher at the Imre Kertész Kolleg at the Friedrich Schiller University in Jena, currently working within the Volkswagen Foundation project 'Towards Illiberal Constitutionalism in East Central Europe: Historical Analysis in Comparative and Transnational Perspectives'. Jakub earned his PhD from the University of Jena in December 2022. Previously, he studied history and philosophy at the University of Warsaw, the University of Konstanz and Humboldt University in Berlin, and graduated with an M.A. in history from the University of Warsaw in 2014. His research interests revolve around the history of politics and law in state socialist Eastern Europe, with a particular focus on East Germany and Poland. He held fellowships at the ZZF in Potsdam, Institute of Contemporary History in Prague and the Herder Institute for Historical Research on East Central Europe in Marburg.

José Luis Aguilar López-Barajas is postdoctoral researcher at the Institute of History of the Czech Academy of Sciences (Prague). His research interests include the history of expertise in socialism, the history of everyday life and intellectual history. He has been a researcher at the Lech Walesa Institute in Krakow and the Friedrich Schiller University in Jena, and fellow at the Stiftung Ettersberg and the Central European University. In 2022 he completed a PhD at the University of Jena entitled "The Civilization of Leisure. Spain, East Germany, Europe and the Quest for Modern Holidays", which analysed the intellectual design of leisure, the political implementation of holidays and the tourism experiences in Spain and the GDR in the 1960s and 1970s.

Militares e políticos na Revolução: a perspectiva da Embaixada Suíça em Lisboa (1974-1976)

Reto Monico

Resumo: De 1974 a 1976, a Embaixada suíça em Lisboa envia várias dezenas de relatórios secretos a Berna. Além de informar o Governo federal sobre os principais acontecimentos deste período muito atribulado, os diplomatas helvéticos dão a sua opinião sobre alguns «pesos pesados» da política lusa da altura, entre os quais destacamos: Spínola, Costa Gomes, Otelo, Vasco Gonçalves, Melo Antunes, Sá Carneiro, Galvão de Melo, Freitas do Amaral, Pinheiro de Azevedo, Rosa Coutinho, Ramalho Eanes. No entanto, os comentários que respeitam a Mário Soares e a Álvaro Cunhal são os que revelam o maior interesse histórico.

Nota biográfica: Nasceu em 1953 na Suíça italiana, onde obteve a «Maturité fédérale» em 1972. Em 1977, licenciou-se em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Genebra. Doutorou-se em 2003 com a tese *Suisse-Portugal: regards croisés (1890-1930)*, publicada em 2005. Lecionou no ensino secundário de 1976 a 2013.

Tem diversos livros publicados. Com Joaquim Vieira publicou:

Mataram o Rei! O Regicídio na imprensa internacional (2007);

República em Portugal! O 5 de Outubro na imprensa internacional (2010);

Nas Bocas do Mundo: o 25 de Abril e o PREC na imprensa internacional (2014).

Colabora desde 2017 com a Biblioteca Digital Rio-Grandense, para a qual escreveu vários livros.

Em 2023 editou: *O 25 de Abril: Relatórios secretos da Embaixada da Suíça*, Lisboa: Âncora Editora; *Regards suisses sur la Révolution des Œillets: les rapports secrets de l'ambassade à Lisbonne*, (Edição do autor). Em julho saiu a edição italiana: *La Rivoluzione dei Garofani: i rapporti segreti dell'ambasciata svizzera a Lisbona (1974-1976)*.

Da Independência à Autonomia Política

José Guilherme Reis Leite

Resumo: A minha proposta de comunicação, com título em epígrafe, pretende abordar o processo político desenvolvido nos Açores, a partir do 25 de abril de 1974, que levou à inscrição na Constituição de 1976 das Regiões Autónomas Insulares na organização política do Estado Português.

Foi um processo de diálogo por vezes tumultuoso em tempo de transição (1974-1976), que não teve ainda um estudo historiográfico que o torne inteligível.

As opções políticas tomadas sucessivamente pelo novo poder instituído nesse tempo de transição foram um desafio apaixonante para as sociedades insulares que se mostraram poucos submissas e aguerridamente contrárias a muitas das opções que o Movimento das Forças Armadas, vencedor da revolta militar de 25 de abril, decidiu institucionalizar em tempo pré-constitucional.

A sociedade civil açoriana assumiu-se como herdeira das velhas aspirações de liberdade e de direito de auto-organizar, recusando a aceitação acrítica de decisões centralistas e centralizadas. Como base em documentação coeva pretendo fixar em forma de ensaio o fio condutor, em formato de historiografia, de um discurso político de várias e desencontradas propostas de uma nova organização política para os Açores, que persistiam na ideia de se auto governar.

Nota biográfica: Nasceu em Angra do Heroísmo em 1943. Licenciado pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1968) e doutorou-se em História pela Universidade dos Açores (1994).

Como historiador tem-se ocupado de inúmeros aspetos da cultura açoriana, nomeadamente históricos, literários e políticos, em diversas épocas, sendo de destacar aqueles que interessam ao conhecimento do processo autonómico açoriano. Muitos dos seus trabalhos estão também publicados em atas de reuniões científicas, em obras coletivas e em outras de cuja edição se encarregou.

Com uma longa carreira política, foi Secretário Regional da Educação e Cultura dos dois primeiros Governos dos Açores (1976 e 1984), Deputado Regional e Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Deputado da Assembleia da República e membro das Assembleias Parlamentares do Conselho da Europa.

Foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, tendo sido também agraciado com a Insígnia Autónoma de Valor. É membro da Academia Portuguesa da História e da Academia de Marinha

Revolução e transição: a influência da revolução portuguesa nos debates sobre a transição política brasileira (1974-1979)

Reinaldo Lindolfo Lohn

Resumo: A investigação busca compreender as conexões internacionais do processo de transição política ocorrido no Brasil a partir da segunda metade da década de 1970, com o objetivo de superação da ditadura militar (1964-1985). Entende-se que as negociações e contatos estabelecidos entre grupos e agentes políticos não se restringiram às fronteiras nacionais, envolvendo a circulação de ideias, proposições, tradições e ligações a nível internacional. O foco está nas relações políticas entre diferentes agentes que encontraram em Portugal naquele contexto um nó de interações possíveis. A partir da 'Revolução dos Cravos' (1974), diferentes frentes da oposição brasileira encontraram espaço na imprensa portuguesa com o objetivo de discutir novas bases para a democracia a partir de novos movimentos e grupos sociais. Destaque-se ainda os setores políticos influenciados pelos debates europeus em curso sobre o eurocomunismo e a social-democracia. Por outro lado, o processo de descolonização e as lutas sociais em países localizados principalmente no continente africano despertaram novas perspectivas políticas. Estes diferentes grupos encontraram espaço na imprensa portuguesa, seja em títulos tradicionais, como "Diário de Notícias", "A Capital" e "Expresso", ou nos ligados a organizações de esquerda portuguesas, neste caso "O Diário", "Voz do Povo" e "Página Um". Ênfase especial deve ser dada à denúncia de violações de direitos humanos e às projeções sobre a democracia no Brasil, considerando a circulação interoceânica de personagens, processos e ideias. Trata-se de mirar a construção de uma história que leve em conta o mundo atlântico e as interações e fluxos políticos entre os países ibéricos e América Latina, especialmente o Brasil. A abordagem documental visa identificar a conectividade dos processos históricos em diferentes contextos, para além da fragmentação e do isolamento nacionais. Os processos políticos em questão ganham complexidade na medida em que é possível compreender um contexto de circulação internacional de ideias e de agentes históricos sob diferentes escalas de observação.

Nota biográfica: Reinaldo Lindolfo Lohn é Professor Titular da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Brasil, onde atua no Departamento de História, tanto no curso de graduação em História quanto no Programa de Pós-Graduação em História, em nível de Mestrado e Doutorado, com área de concentração em História do Tempo Presente. É também pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Faz parte também do Mestrado Profissional em Ensino de História e sou um dos editores da revista "Tempo e Argumento", voltada para a História do Tempo Presente. Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002), realizou estágio pós-doutoral no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (2018). Integra o Grupo de Trabalho Nacional em História Política da Associação Nacional de História (ANPUH), o Grupo de Trabalho Izquierdas: praxis y transformación social do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), a rede de pesquisa Conexões Lusófonas: ditadura e democracia em Português e a Rede de Estudo dos Fascismos, Autoritarismos, Totalitarismos e Transições para a Democracia (REFAT). É coordenador do Laboratório de Estudos da Contemporaneidade (LEC) e desenvolve investigações voltadas para a temática da transição política no Brasil em perspectiva transnacional.

URL: <http://lattes.cnpq.br/0899990656525100>

Desafios da cidadania democrática entre a teoria e a prática

Paulo Vitorino Fontes

Resumo: A cidadania converteu-se num tema do nosso século, principalmente com o influxo da teoria republicana da democracia, o foco de atenção da política democrática tende a transferir-se do desenho liberal, centrado nos partidos políticos e nas instituições de representação e nos governantes, ao desenho que enfatiza a formação democrática dos cidadãos, tanto ao nível cognitivo dos direitos, deveres e instituições, como em termos práticos de participação e controlo. Este movimento desdobra-se, por um lado, na importância crescente atribuída à participação política na formação política da pessoa, e por outro, na instaurada convicção de que a garantia real de instituições, deputados e governantes venham a cumprir com o seu dever democrático reside na cidadania ativa e exigente. A partir destes pressupostos, recorrendo a algumas metodologias críticas e de investigação-ação, analisaremos o caso português dos últimos cinquenta anos de democracia, instaurada na revolução do 25 de Abril de 1974, pretendendo ilustrar alguns dos desafios que o exercício da cidadania democrática enfrenta em Portugal. Ao nível prático, aprofundaremos o conhecimento da dimensão pública dos indivíduos e, sobretudo, os seus modos e potencialidades de inclusão e participação na sociedade política, tendo em conta a variação de certos pressupostos antropológicos e certas conceções sobre a relação indivíduo-sociedade, contribuindo para a conceptualização de novas formas de inclusão e de participação social e política que possam renovar o sistema democrático.

Nota biográfica: Doutorado em Teoria Jurídico-Política e Relações Internacionais (summa cum laude) pela Universidade de Évora em 2016. Licenciado em Sociologia pela Universidade dos Açores em 2000, concluiu o mestrado em Sociologia pela mesma Universidade em 2012. Autor e participante de projetos de intervenção com grupos de maior vulnerabilidade e exclusão social. Exerceu funções de coordenação na Novo Dia – Associação para a Inclusão Social de 2002 a 2022. Foi Diretor Regional da Solidariedade Social do XII Governo Regional dos Açores (2018-2019).

As suas áreas de investigação incidem sobre Ciência Política, Relações Internacionais, Filosofia Social e Política e Estudos Europeus, abordando temas mais gerais, desde a teoria crítica da política internacional, dos Direitos Humanos até aos mais específicos, relativos aos Açores, às relações transatlânticas e à integração e política europeia.

É Professor Auxiliar da Universidade dos Açores e é membro integrado do Centro de Estudos Humanísticos da mesma Universidade desde 2019 e membro integrado do Centro de Investigação em Ciência Política das Universidades do Minho e de Évora desde 2023.

Os estudantes em férias ensinam o povo: as Campanhas de Alfabetização e Educação Sanitária do Verão de 1974 no Continente e nos Açores

Joana Ralão

Resumo: No Verão de 1974, poucos meses depois do golpe militar que derrubou a ditadura que governou Portugal durante quarenta e oito anos, cerca de mil estudantes liceais e universitários partiram rumo às mais remotas aldeias e vilas do país, integrando as denominadas “Campanhas de Alfabetização e Educação Sanitária”.

Motivados pela generosidade da idade e pela responsabilidade de contribuir ativamente para a transformação e democratização do país, estes estudantes, auxiliados por médicos e enfermeiros voluntários, lançaram-se empenhadamente na alfabetização e no esclarecimento das populações sobre os mais diversos problemas sanitários. Durante dois meses, 134 brigadas percorreram várias localidades dos distritos de Bragança, Vila Real, Viana do Castelo, Braga, Viseu, Guarda e Castelo Branco e ainda cinco ilhas dos Açores (Terceira, S. Miguel, Faial, Flores e Corvo).

Os órgãos de comunicação social (como a imprensa nacional, local e regional e a televisão) acompanharam com entusiasmo a iniciativa estudantil, registando as várias fases da Campanha, as reações e opiniões das populações face à chegada destes jovens, assim como os obstáculos e a oposição com os quais os estudantes se foram deparando, nomeadamente de certos setores da sociedade que temiam os ventos de mudança.

A confrontação com as carências na assistência médica (sobretudo materno-infantil), as deficiências na alimentação, na higiene e na habitação e a pobreza extrema, realidades para muitos até então desconhecidas, impactaram de forma indelével estes estudantes. Já o convívio e o contacto direto com ideias, vivências, modos de ser, estar e viver diferentes representaram importantes momentos de aprendizagem e consciencialização social.

Recorrendo a um conjunto de notícias e reportagens, procurar-se-á compreender como decorreram estas Campanhas no Continente e nos Açores, evidenciando como os estudantes, juntamente com outros atores sociais e políticos, constituíram uma peça fundamental na construção da democracia portuguesa.

Nota biográfica: Doutoranda em História Contemporânea, Mestre em História Contemporânea e Licenciada em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Investigadora Integrada do HTC – História, Territórios e Comunidades – CFE, NOVA FCSH. Tem dedicado a sua investigação aos movimentos estudantis das décadas de 60 e 70, em particular à participação das mulheres no movimento estudantil contra a ditadura do Estado Novo.

Alfabetização e emancipação no pós-25 de abril: diálogos comparados e circulações por escrito de Paulo Freire entre Portugal e Guiné-Bissau

**Débora Dias
Mélanie Toulhoat**

Resumo: Esta comunicação busca refletir sobre práticas educativas emancipatórias e experiências de alfabetização de adultos, inspiradas ou orientadas pelo pedagogo brasileiro Paulo Freire (1921-1997), no Portugal pós-25 de Abril e na Guiné-Bissau independente. Além de analisar casos de interesse nas conjunturas, volta-se às interações entre materiais pedagógicos, educadoras/res e os diferentes processos realizados.

Exilado após o golpe militar de 1964 no Brasil, Freire chegou a Genebra a convite do Conselho Mundial das Igrejas, após temporadas na Bolívia, no Chile e nos Estados Unidos. Em 1971, ele fundou, com outras/os exiladas/os brasileiras/os, o Instituto de Ação Cultural (IDAC), para prestar serviços educativos em variados contextos. Em 1975, a equipe do IDAC foi convidada pelo Ministério da Educação Nacional da Guiné-Bissau independente, a participar de um novo plano nacional de alfabetização. Nessa conjuntura, com o fim da ditadura portuguesa, Freire pôde entrar em Portugal em 1974 convidado por integrantes do Graal, movimento internacional de mulheres cristãs, para atividades com a Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas (MFA) e com sindicalistas e educadoras engajadas em projetos populares de alfabetização, à margem das políticas oficiais, no continente e Açores.

Nossa reflexão será dedicada aos *Círculos de Cultura* criados na Guiné-Bissau após a Independência, proclamada pelo PAIGC no 25 de novembro de 1973 e reconhecida oficialmente no ano seguinte, assim como às experiências de educação popular desde Portugal pós-25 de Abril. Destacaremos entre 1974-1976 as duas campanhas nacionais - *Alfabetização e Poder Popular*, realizadas por grupos de esquerda -, assim como iniciativas de base cristã com imigrantes portugueses na Europa, e a integração do pensamento de Freire à experiências de cooperativismo. Ancoradas nos vários desafios do período pós-ditatorial e pós-colonial, estas iniciativas foram pensadas para responder às necessidades das populações, em diálogo e sustentadas por instituições nacionais e internacionais. Nessa análise, será dada especial atenção aos suportes, modos de produção e circulação dos escritos pedagógicos, e do corpo de educadoras/es mobilizadas/os. Além do cotejo com a bibliografia especializada, a pesquisa se baseia em fontes diversificadas localizadas em arquivos públicos e privados, na Guiné-Bissau, Portugal, Brasil e Suíça.

Notas biográficas:

Débora Dias é historiadora e investigadora do Centro de Humanidades da Universidade NOVA de Lisboa (CHAM-NOVA). Doutorada em História Contemporânea na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (UC), com a tese “A “redescoberta” do Brasil em Joaquim de Carvalho. Uma comunidade luso-brasileira feita de livros (1928-1958)”, é colaboradora do Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20) da mesma instituição. Co-organizadora do livro *Paulo Freire Centenário: um educador no mundo* (Outro Modo, 2022), é autora de estudos voltados à história social do livro, da leitura e das bibliotecas, cultura mediática e materiais pedagógicos, circulação do conhecimento, assim como o pensamento e trajetória do historiador português Joaquim de Carvalho e o internacionalismo do educador brasileiro Paulo Freire. Integra o conselho da editora Fora de Jogo, é editora do Gerador - plataforma independente de jornalismo, cultura e educação, e membra da comissão organizadora da “Rede Internacional História das Pedagogias, Patrimônios Culturais e Materiais Didáticos em Língua Portuguesa”.

Mélanie Toulhoat é historiadora e investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa desde 2022. Doutora da Universidade Sorbonne Nouvelle e da

Universidade de São Paulo (2019), venceu o prêmio de tese 2020 da Imprensa da Sorbonne Nouvelle e publicou recentemente o livro *Rire de la dictature, rire sous la dictature. Brésil (1964-1982)* (Paris, PSN, 2024). Foi investigadora pós-doutoral no Laboratório de Excelência HASTEC e afiliada ao Institut des Mondes Africains durante o ano letivo 2020-2021, e membra científica da Casa de Velázquez – École des hautes études hispaniques et ibériques (EHEHI) em 2021-2022. Desenvolve atualmente um trabalho de investigação sobre educação popular, alfabetização de adultos e circulações militantes internacionais na Guiné-Bissau e em Cabo Verde após as independências. É membra do conselho editorial da revista *Lusotopie*, presidenta da Associação para a pesquisa sobre o Brasil na Europa (ARBRE), e membra da comissão organizadora da Rede “História das Pedagogias, Patrimónios Culturais e Materiais Didáticos em Língua Portuguesa”.

25 de Abril, Cidadania ou História ?

Josélia Fonseca

Resumo: A revolução do 25 de Abril de 1974 é um acontecimento histórico que marcou profundamente o conceito de ser cidadão e de viver em sociedade em Portugal, na segunda metade do século XX e no século XXI. Com esta revolução, a democracia tornou-se a palavra-chave dos vários quadrantes da sociedade portuguesa: social, político, educativo e axiológico. O conceito de democracia e os valores que lhe estão acoplados – liberdade, responsabilidade, equidade/igualdade, justiça, solidariedade – imprimem um novo sentido à palavra cidadão, a quem é reconhecido não só autonomia, mas também responsabilidade no processo de construção e participação na vida em comunidade. Volvidos 50 anos deste acontecimento histórico, importa compreender, analisar e discutir crítica e reflexivamente como é que as novas gerações compreendem o 25 de Abril: como a essência e o garante de uma cidadania ativa, como um facto histórico que colocou *terminus* aos 48 anos de ditadura ou como ambas? Para o efeito, seguindo uma metodologia descritiva/interpretativa, elaboramos um estudo em que pretendemos compreender como é que os jovens concebem o 25 de Abril, quais as personalidades, os princípios e os valores que lhe associam. As conclusões deste estudo permitir-nos-á discutir as finalidades educativas associadas à lecionação do 25 de Abril, enquanto conteúdo histórico, e repensar o processo educativo deste acontecimento, em prol de uma educação para a cidadania ativa, alicerçada no reconhecimento da liberdade e na corresponsabilização de todos pela participação social e pelo desenvolvimento da sustentabilidade humana.

Nota biográfica: Professora auxiliar do Departamento de Educação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade dos Açores. É licenciada em História e Filosofia (ensino de) pela Universidade dos Açores. Mestre em Estudos da Criança, área de especialidade Desenvolvimento Pessoal e Social, pela Universidade do Minho. No âmbito do Mestrado realizou uma dissertação intitulada Educação para Valores: concepções e práticas das educadoras. Doutorada em Filosofia da Educação pela Universidade dos Açores. A sua tese de doutoramento intitula-se A cidadania como projecto educacional: uma abordagem reflexiva e reconstrutiva. Tem desenvolvido investigação na área da Educação para a Cidadania, Ética da Responsabilidade e Investigação-ação. Orientado vários relatórios de estágio, com vista à obtenção de grau de mestre, no domínio da educação para a cidadania e educação de valores. Colabora com a Escola Superior de Saúde de Angra do Heroísmo nas disciplinas de Ética em Saúde e Fundamentos em Enfermagem e Ética I. É membro integrado do Centro de Investigação em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária e membro colaborador do Centro de Investigação em Estudos da Criança, da Universidade do Minho. Tem participado em várias conferências internacionais e nacionais, publicado nas áreas de Filosofia da Educação, Educação para a Cidadania, Ética e Investigação.



CONFERÊNCIA

A Democratização Portuguesa e os seus Legados

António Costa Pinto

Doutorado pelo Instituto Universitário Europeu (1992, Florença) e Agregado pelo ISCTE (1999), é presentemente Investigador Aposentado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Professor Convidado no ISCTE, Lisboa. Foi Professor Convidado na Universidade de Stanford (1993) e Georgetown (2004), e Investigador Visitante na Universidade de Princeton (1996) e na Universidade da Califórnia- Berkeley (2000 e 2010). Entre 1999 e 2003 foi regularmente Professor Convidado no Institut D'Études Politiques de Paris. Foi Presidente da Associação Portuguesa de Ciência Política. As suas obras têm incidido sobretudo sobre o autoritarismo e fascismo, as transições democráticas e a "justiça de transição" em Portugal e na Europa. A longevidade do Estado Novo português levou-o inicialmente ao estudo comparado dos sistemas autoritários. Mais recentemente dedicou-se ao estudo do impacto da União Europeia na Europa do Sul. Outro tema a que se tem dedicado é o das elites políticas e as mudanças de regime. É autor de mais de 50 artigos em revistas académicas portuguesas e internacionais. Foi consultor científico do Museu da Presidência da República portuguesa e tem colaborado regularmente na imprensa, rádio e televisão.



CONFERÊNCIA

O 25 de Abril e os Açores: incidências de outrora e realidades de agora

Avelino de Freitas de Meneses

Natural da ilha Terceira, Açores, é Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores, tendo sido Reitor desta academia (2003-2011). Doutorado em História Moderna e Contemporânea e Investigador Integrado Fundador do CHAM- Centro de Humanidades das Universidades Nova de Lisboa e Açores, tendo sido Presidente da Assembleia Geral (2008-2014). Desempenhou funções de Secretário Regional da Educação e Cultura dos XI e XII Governos dos Açores (2014-2020). É autor, coautor, diretor ou organizador de uma vintena de livros e autor de quase uma centena e meia de artigos, insertos em publicações da especialidade. Foi agraciado, em 2011, com a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública (Presidência da República) e com a Insignia Autónoma de Reconhecimento (Região Autónoma dos Açores) e, em 2012, como Cidadão Honorário de Ponta Delgada e com as medalhas de Mérito dos municípios de Angra do Heroísmo e da Horta

O 25 de abril em Setúbal na sua imprensa periódica

João Francisco Silva Sousa Pereira

Resumo: Nas ciências históricas, a imprensa, nomeadamente a periódica, é uma das fontes imprescindíveis para o estudo e compreensão de uma sociedade. No contexto local, esta imprensa é um elemento muitas vezes revelador de factos e acontecimentos que nos permitem identificar dinâmicas sociais presentes em determinado contexto.

A cidade de Setúbal, na década de 70 do século XX, chegou a contar com quatro periódicos. Este facto revela, desde logo, a diversidade de posicionamentos e perceções sobre a realidade existente na sociedade setubalense. Os periódicos então existentes eram o *Distrito de Setúbal*, *Notícias de Setúbal*, *O Setubalense* e o *Margem Sul*.

Esta intervenção tem como objetivo caracterizar estes periódicos e o modo como neles se perspetivou a revolução e o período revolucionário na cidade de Setúbal.

Nota biográfica: Desde 2020, é doutorando em História, com especialização em História Contemporânea, na Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL). É investigador do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica (UCP-CEHR) e investigador do Centro de Ecologia Funcional (CEF-UC), no polo da FCSH-UNL, correspondente ao centro História, Territórios e Comunidades (HTC). É Bolseiro de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (2023.01170.BD).

Cristianismo(s) e revolução: um olhar a partir da imprensa periódica

Rita Mendonça Leite

Resumo: A nossa comunicação pretende abordar a problemática do 25 de abril como contexto de afirmação do processo de diferenciação religiosa, particularmente no interior do universo cristão. Centrar-nos-emos no posicionamento das igrejas do Conselho Portuguesa de Igrejas Cristãs (COPIC) diante do processo revolucionário. Aquela organização surgiu em 1971 no seio do protestantismo português como proposta de um «caminho novo» que, respeitando e preservando a unidade institucional de cada uma das correntes que a integrava – presbiteriana, metodista e lusitana - se procurava contrapor aos velhos caminhos do «individualismo» e do «denominacionalismo sectário» e apostava na promoção de uma participação mais ativa e mais coesa daquelas igrejas na sociedade portuguesa. Neste desiderato, aquele cristianismo não-católico romano não foi também alheio ao processo de transição democrática em curso e procurou participar ativamente do mesmo. A nossa comunicação pretende analisar as perspectivas daqueles grupos sobre a relação entre a religião e a revolução – e particularmente entre os cristãos e a política - a partir da leitura da imprensa evangélica coeva, com destaque para o jornal *Portugal Evangélico* (1920).

Nota biográfica: É licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2004). Na mesma instituição concluiu, em 2007, o Mestrado em História Contemporânea em torno das Representações do Protestantismo na Sociedade Portuguesa Contemporânea: da exclusão à liberdade de culto (1852-1911); e, em 2017, o Doutoramento em História, na especialidade de História e Cultura das Religiões, com a tese: Texto e Autoridade. Diversificação sociocultural e religiosa com a Sociedade Bíblica em Portugal (1804-1940), entretanto publicada pela Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Recebeu, em 2008, a Menção Honrosa do «Prémio Victor de Sá de História Contemporânea» e venceu, em 2017, o «Prémio Liberdade Religiosa». É Investigadora Integrada no Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (UCP-CEHR), colaboradora do Centro de História da Universidade de Lisboa (CH-ULisboa) e membro da Association Française d’Histoire Religieuse Contemporaine (AFHRC) e da Sociedade Portuguesa da História do Protestantismo (SPHP). É atualmente Investigadora CEEC (DOI10.54499/CEECINST/00137/2018/CP1520/CT0005) e Professora Auxiliar Convidada na Faculdade de Teologia (FT-UCP), Diretora-adjunta do UCP-CEHR e membro do Conselho Editorial da revista *Lusitania Sacra*.

Ciência ID: 9215-ECAO-EFF). Orcid ID: 0000-0003-2344-0554

Associação dos Escoteiros de Portugal: o Movimento Escotista durante o Estado Novo

Bruna Valério

Resumo: O movimento escotista teve o seu início em 1907 em Inglaterra, e, nos anos seguintes, rapidamente atravessou fronteiras geográficas, dando-se o nascimento de diversos grupos de escoteiros em diversos países. Pretendia, pois, ser um movimento educativo para jovens, incentivando-os a ter um papel ativo na sociedade. Fundada em 1913, e seguindo os princípios definidos pelo seu fundador Lord Baden-Powell, a Associação de Escoteiros de Portugal (A.E.P.) é a primeira associação escotista do país, de onde se salienta o seu carácter interconfessional, existente desde o seu início. No entanto, com o Estado Novo, tendo Deus como um dos seus pilares, e a fundação da Mocidade Portuguesa, em 1936, a A.E.P. vê a sua missão ameaçada e a sua existência condicionada. Realidade vivida até 25 de Abril de 1974.

Este trabalho pretende, portanto, perceber de que formas o Estado Novo terá exercido a sua ação de forma a mitigar ou travar o alcance e o crescimento desta associação. Adicionalmente, pretende, também, perceber qual a realidade da A.E.P. no pós 25 de Abril, e o que a revolução terá significado para a continuidade desta mesma associação

Nota biográfica: É licenciada em História e mestre em História Insular e Atlântica (séculos XV a XX), ambos os graus obtidos na Universidade dos Açores. Foi bolsista de investigação do projeto "Medical and Healthcare services in the First World War: the case of the Portuguese soldiers during and after The Great War (1914 – 1960)". Integrou a equipa do projeto de investigação "Trabalho (no) Feminino (1850 - 1926) - História dos Açores", financiado pela Direção Regional da Ciência e Tecnologia - Ref. M1.1.C/C.S./022/2019/01. Atualmente, é doutoranda do curso de Doutoramento em Ilhas Atlânticas: História, Património e Quadro Jurídico-Institucional, na Universidade dos Açores, com o projeto de tese *Mãos femininas nas indústrias da ilha de S. Miguel (Açores): a mulher operária no período do Estado Novo (1933 a 1968)*. É também Colaboradora do CHAM - Açores - Centro de Humanidades (FCSH-Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores).

Duas décadas de Políticas Culturais (1970-1989): O Antes e o Depois da Democracia nos Açores

Assunção Melo

Resumo: Com esta apresentação pretendemos refletir que políticas culturais foram implementadas antes e depois do Estado Novo. As questões logísticas e de espaços, e a legislação criada no I Programa do Governo relativamente à Cultura, os apoios disponibilizados as exposições e o papel dos institutos no modelo de transição para a democracia, até ao desenvolvimento de programas mais arrojados como foram o das Bienais. Há que ter em conta nesta análise as publicações, os periódicos e as revistas, bem como os eventos de iniciativa privada, como é o caso das galerias e das editoras. O papel dos mecenas e dos encomendantes na promoção dos artistas. No entanto e depois de um difícil arranque, pretendemos comprovar que não faltaram à chamada escritores, pintores e escultores para continuarem a definir os conceitos de uma identidade açoriana do pós-regime autonómico até às primeiras décadas do século XXI. Cada vez mais, sentem-se pertencer a um território muito próprio com fortes raízes ancestrais numa cultura europeia.

Nota biográfica: Doutorada em História da Arte pelo Centro de Formação Avançada da Universidade de Évora, Pós-Graduada em História da Arte Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Licenciada em História da Arte pela mesma faculdade, membro do CHAM. Assistente convidada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores, lecionando no Pólo de Angra do Heroísmo a disciplina de História da Arte e do Património Construído I e II, do curso de licenciatura de Natureza e Património. Autora de cinco livros e mais de trinta artigos relacionados com a História da Arte e com o Património dos Açores, autora de palestras e conferências relacionadas com a sua área académica. É gestora da coleção de Belas Artes, Documentos Gráficos, Artes Decorativas, Brinquedos e Jogos do Museu de Angra do Heroísmo.

Os meios católicos e a organização do trabalho na revolução portuguesa

Nuno Estêvão Ferreira

Resumo: Entre as primeiras iniciativas revolucionárias desencadeadas logo após o 25 de Abril de 1974 encontram-se as ocupações de sindicatos corporativos, com a substituição das direções homologadas pelo regime deposto, e do próprio Ministério das Corporações, com a denominação salazarista a ser erradicada para dar lugar a Ministério do Trabalho. Ao mesmo tempo, o dia 1 de Maio, Dia do Trabalhador, seria reconhecido como feriado nacional obrigatório, com manifestações populares de grande impacto em diferentes pontos do território. Até à Constituição de 1976, sucessivos governos provisórios teriam entre as suas prioridades a adoção de políticas que visavam a transformação das formas de organização do trabalho. Entre as medidas adotadas, encontram-se o salário mínimo nacional, o direito à greve, os despedimentos, a unicidade sindical, o subsídio de desemprego ou a contratação colectiva. Algumas destas matérias justificariam intensas controvérsias e viriam a dar origem a profundas clivagens entre os partidos políticos e as correntes militares na definição do rumo da revolução. O modo como os meios católicos se situaram perante estas modificações estruturais da sociedade constitui o objeto central desta comunicação. Pretende-se avaliar, em primeiro lugar, como as mudanças na organização do trabalho entre 1974 e 1976 foram abordadas nos pronunciamentos da Conferência Episcopal Portuguesa e nas páginas de Nova Terra, o efémero semanário nacional detido pelo Patriarcado de Lisboa e pelas estruturas que articulavam as congregações religiosas, masculinas e femininas, em Portugal. Em segundo lugar, é nosso intuito analisar as posições adotadas pelas organizações operárias da Acção Católica Portuguesa, a qual, de resto, também se encontrava, desde finais da década de 1960, em acelerado processo de mudança. Referimo-nos à Juventude Operária Católica (JOC) e à Liga Operária Católica (LOC), abrangendo os periódicos que eram editados sob a sua responsabilidade: Juventude Operária e Voz do Trabalho. No fundo, pretende-se patentear as continuidades, mas também as evidentes diferenças entre, por um lado, os posicionamentos institucionais de responsáveis eclesiásticos e, por outro, as perspectivas difundidas por organizações de trabalhadores de matriz católica, e discutir hipóteses de explicação que remetem para alterações estruturais nos meios católicos em curso desde meados dos anos 1960.

Nota biográfica: Doutor em Ciências Sociais (especialidade Sociologia Política) pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL). Investigador auxiliar no Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR), da Universidade Católica Portuguesa (UCP), integra atualmente o Conselho de Direção. Docente na Faculdade de Ciências Humanas e no Instituto de Estudos Políticos da UCP. Os seus interesses de investigação situam-se: na relação estabelecida entre corporativismo e catolicismo na Europa do pós-guerra nos regimes autoritários da Península Ibérica; e nos processos de secularização das sociedades europeias contemporâneas. Recentemente tem desenvolvido trabalhos na promoção de património documental das organizações religiosas, coordenando, desde 2021, o projeto Rede de Arquivos de Instituições Religiosas (RAIR). Publicou recentemente: “A Câmara Corporativa”. In Almeida, Pedro Tavares de (dir.). *O Parlamento Português. Estado Novo* (vol. 3). Lisboa: Edições Assembleia da República, 2023, p. 105-183 (co-autor: José Luís Cardoso); “A I Guerra Mundial na imprensa católica: o caso da ‘Liberdade’”. *Lusitania Sacra*, 46, 2023, p. 61-100 (co-autor: Paulo F. de Oliveira Fontes); “O catolicismo português e o debate sobre o desenvolvimento económico na década de 1960”. In Gonçalves, Leandro Pereira; Rezola, Maria Inácia (dir.). *Igrejas e Ditaduras no Mundo Lusófono*. Recife: Edupe, p. 273-304.

Da Revolução à Integração Europeia – o caso da Indústria Portuguesa do Calçado

Carolina Nascimento de Oliveira

Resumo: A Revolução de 25 de Abril de 1974 veio alterar visceralmente todo o panorama nacional. Com Abril floresce a liberdade, o fim do Império Colonial, a constitucionalização do novo regime, florescem as eleições e a Democracia. Portugal torna-se o primeiro país da Península Ibérica a iniciar um processo de transição para um regime democrático após a II Grande Guerra, coincidindo com um período marcado pela recessão económica internacional, afectando necessariamente o país e a crise que atravessava. Livre do fascismo, Portugal depara-se então com uma nova oportunidade de estabelecer relações com o mundo e de alterar profundamente a sua política externa.

Um ano após a Revolução dos Cravos, a Associação Portuguesa dos Industriais do Calçado afirma no seu próprio Boletim que, “Para o sector da produção nacional, a exportação apresenta uma tríplice finalidade. É uma necessidade, uma vantagem, um dever.”¹ Esta viragem para o exterior torna-se progressivamente uma mais-valia para a economia nacional, mas também para os industriais em particular, não só do ponto de vista financeiro, mas também uma vantagem para as unidades fabris de maior dimensão que são capazes de programar avolumadas séries de calçado, rentabilizando imediatamente o custo dos investimentos empregues na produção, tornando-se um processo muito mais meticuloso, que é complementado pela maquinaria moderna já existente desde o início da década. Na sequência das longas negociações entre Portugal e a Comunidade Económica Europeia, industriais do calçado estabelecem que a grande prioridade do sector reside exactamente na necessidade de “dar o salto”, de procurar responder às velhas dificuldades e desafios do sector, de modo a realizar uma transição sem percalços para um Portugal que já não tinha as costas viradas para a Europa.

Desde a Revolução de Abril à adesão oficial de Portugal à CEE no ano de 1986, a indústria nacional do calçado é alvo de transformações estruturantes e desafiantes que a conduzem à sua afirmação no mercado internacional e, no fundo, ao sucesso que representa na actualidade, especialmente no contexto europeu.

Nota biográfica: Licenciada em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, mestranda de História Contemporânea na mesma instituição e candidata ao Programa Interuniversitário de Doutoramento em História: mudança e continuidade num mundo global, designado PIUDHist. Na sua dissertação aborda enquanto objecto de estudo a indústria nacional do calçado no contexto da integração de Portugal na Comunidade Económica em 1986. É Investigadora Integrada do Centro de Investigação HTC-CFE-NOVA FCSH. As áreas de interesse versam-se sobre a História da Indústria, História Económica e a História do Calçado.

¹ Associação Portuguesa dos Industriais do Calçado. 1975. *Boletim da Associação Portuguesa dos Industriais do Calçado*. Número 63. Página 1. Porto: APIC.

Trabalho, pão e revolução: refundição do trabalho e redefinição dos imperativos de produção num Portugal em mudança acelerada

Licínio M. Vicente Tomás

Resumo: O derrube de um regime constitui sempre um marco importante para aferir da mudança verificada. Tanto no antes como no pós 25 de abril de 1974, as estruturas produtivas continuaram a funcionar, a repartição do trabalho e do emprego prosseguiu e aprofundou-se quer em termos de especialização quer do teor das relações laborais. Velhos e novos atores sociais despontam na economia como as cooperativas e as Unidades Colectivas de Produção (UCP), o papel do estado e dos privados é redefinido no funcionamento social da economia. Por todo o lado se instala uma ânsia vincada de mudança muito para além das transformações subjacentes ao próprio processo de transição democrática alvejado e planificado pelas esferas militares e políticas da sociedade. A conjuntura económica pioraria drasticamente, e, não obstante Portugal ter sido apanhado numa encruzilhada de crises, ressalta a tentativa e procura de soluções com ou sem modelo definido de alteração. No entanto, todos o reconhecem, a crise económica não teria sido suficiente, por si só, para derrubar o governo de Marcello Caetano (Ferreira, 1994). O golpe militar aparece como um elemento quase simbólico de uma revolução social com profundas repercussões nos modos de vida e de trabalho.

A sociedade sem classes não aconteceu mas o tema enformaria toda a narrativa da mudança social. Dada a sua posição estrutural, o trabalho sofreu profundas e irreversíveis alterações na trajectória erráticas das políticas económicas e sociais. O papel desigualitário do trabalho numa sociedade, que apostou grandemente no igualitarismo enquanto ideologia de mudança, obrigou a questionar as prioridades sociopolíticas e laborais de então.

A pretexto de luta contra o autoritarismo e contra a irrupção massiva do desemprego, no Portugal de Abril, a repartição do trabalho e do emprego tornou-se um desafio maior para o novo regime emergente. Cabia-lhe pôr cobro a uma sangria migratória e modernizar as formas de produção, efectuar a transição simultaneamente dos antiquas dos métodos para a modernidade do trabalho mas também do trabalho desenquadrado para o trabalho com direitos e garantias. O trabalho da terra ainda era dominante apesar da sua regressão (Piçarra, 2020) e as preocupações com a Reforma Agrária um indicador de que seria a questão rural a justificar uma prioritária intervenção.

A atual comunicação revisita as transformações da estrutura de atividade e da repartição do emprego pelos diversos setores, ponderando o lugar do trabalho da terra e da lavoura no seio da pluralidade do emprego da mão-de-obra. A estrutura da população ativa portuguesa sofreu, no referido período, uma alteração sem precedentes dado que coincide também com a massificação da formação e escolaridade alargada e profissionalização do emprego feminino de que tentaremos dar conta.

Nota biográfica: Doutorada em Ciências Sociais - especialidade Sociologia, pela Universidade dos Açores. Licenciado em Sociologia e mestre em Sociologia e Realidade Portuguesa, ambos pela Universidade Nova de Lisboa. Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores, onde leciona Sociologia Económica, Sociologia do Trabalho e de Demografia do Departamento de Sociologia e investigador integrado do CICS.NOVA.UAc. Tem por áreas preferenciais de estudo o envelhecimento, idade, gerações.

O impacto da Revolução dos Cravos na literatura moçambicana

Renata Diaz-Szmidt

Resumo: São bem conhecidos e já bastante bem estudados tanto o papel que as literaturas africanas de língua portuguesa desempenharam na eclosão, em África, das guerras pela libertação da dominação colonial nos anos 60 do século XX, como o impacto destas guerras na eclosão da Revolução dos Cravos, em 1974, em Portugal. O objetivo da nossa comunicação, proferida no Congresso Comemorativo do 50º aniversário do 25 de Abril, é duplo. Por um lado, pretendemos relembrar os grandes nomes das literaturas africanas, concentrando-nos na literatura moçambicana (N. de Sousa, J. Craveirinha, L.B. Honwana), autores que contribuíram para “entoar hinos à liberdade” africana. Por outro lado, interessar-nos-á o impacto da Revolução dos Cravos na literatura pós-colonial moçambicana. Com este objetivo olharemos para os romances escolhidos de escritores moçambicanos contemporâneos como Mia Couto e Adelino Timóteo.

Nota biográfica: Professora Adjunta na Universidade de Varsóvia. Trabalha no Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos onde dirige o Departamento dos Estudos Interdisciplinares sobre os Países de Língua Portuguesa. Lecciona também na Universidade de Maria Curie-Skłodowska em Lublin. Defendeu a tese de mestrado em 2004, a tese de doutoramento, dedicada à escrita feminina em Moçambique, em 2008 e em 2017 obteve o título de agregado (habilitação) após passar pelas provas de agregação académica, apresentando uma monografia dedicada à literatura da Guiné Equatorial. Orientou dezasseis teses de mestrado, atualmente orienta três teses de doutoramento. Preside (desde 2021) à Associação dos Africanistas Polacos e trabalha na redação da revista „África” editada por esta Associação. Publica sobre as literaturas africanas de língua portuguesa e espanhola e tem livros e artigos publicados em polaco, francês, português e espanhol. É autora de dois livros e co-autora de cinco livros dedicados às literaturas africanas na perspetiva dos estudos pós e transcoloniais. **E-mail** - r.diaz-szmidt@uw.edu.pl

O 25 de Abril no Espaço Atlântico Independência vs. Autonomia e as oportunidades de cooperação abertas pelo processo de construção europeia

Carlos Pacheco Amaral

Resumo: A comunicação parte das diferentes opções adoptadas pelos arquipélagos atlânticos portugueses, Açores e Madeira, pela autonomia no quadro da nacionalidade portuguesa e, posteriormente, pela integração europeia, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, pela independência. Num primeiro momento, procura-se fixar, no quadro das opções portuguesa e europeia dos Açores e da Madeira, o regime que tem vindo a ser definido para estes arquipélagos, enquanto Regiões Ultraperiféricas da União, com particular enfoque na respectiva inserção regional. Um segundo momento é reservado à identificação dos mecanismos previstos no quadro europeu para o fomento da cooperação no espaço MAC, da Madeira, dos Açores e das Canárias – destas regiões entre si e com os seus parceiros africanos. Por fim, um terceiro momento está reservado à apreciação do modo como, 50 anos após a revolução, os Açores têm vindo a procurar promover a cooperação com os Estados arquipelágicos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, superando, pela via da União Europeia, a ruptura que emergiu com o processo de descolonização – desde a proposta de cooperação e integração regional à escala da Macaronésia, até à proposta mais recente e mais alargada de promoção da cooperação entre os arquipélagos do Atlântico Norte.

Nota biográfica: É licenciado em Filosofia pelo Amherst College, Mestre em Relações Internacionais pela Fletcher School of Law and Diplomacy, ambos nos Estados Unidos, e Doutoramento em Filosofia pela Universidade dos Açores. Detentor da Cátedra Jean Monnet da academia açoriana, atribuída pela Comissão Europeia, é Professor Catedrático, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores. A sua atividade docente e de investigação alarga-se a uma pluralidade de Universidades, no país, na Europa, e nas Américas, em particular.

De entre as responsabilidades académicas exercidas ao longo da sua carreira, foi Presidente do Conselho Pedagógico da Universidade, Presidente da Comissão Pedagógica da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Diretor do Centro de Estudos de Relações Internacionais e Estratégia e Diretor dos cursos de Mestrado em Relações Internacionais e de Licenciatura em Estudos Europeus e Política Internacional da Universidade dos Açores. Para além disso, integrou o corpo docente do Master em Estudos Europeus liderado pela Universidade de Siena sobre O Processo de Construção Europeia, bem como o Grupo de Peritos Independentes do Congresso dos Poderes Locais e Regionais do Congresso dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa, em representação de Portugal. É membro fundador do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade dos Açores, nele coordenando a unidade científica Portugal e o Mar | Europeísmo e Relação Transatlântica, e membro do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século 20 da Universidade de Coimbra, onde é coordenador do grupo de trabalho Europeísmo, Atlanticidade e Mundialização. É responsável pela organização de eventos e pela prestação de serviços à comunidade, sobretudo nas áreas científicas da Filosofia Política, das Relações Internacionais e dos Estudos Europeus – domínios estes em que se situam as suas principais publicações, no país e no estrangeiro. Foi Diretor Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa no XIII Governo Regional dos Açores.

“Vozes e sombras” de Abril: a revolução democrática e os Açores na obra de João de Melo

Ana Cristina Correia Gil

Resumo: A vivência da Revolução do 25 de Abril teve algumas peculiaridades no arquipélago dos Açores. Uma delas, potenciada pela distância que separa o continente português do arquipélago, foi o facto de a nova realidade revolucionária demorar algum tempo a ser interiorizada como facto real e consequente pela população açoriana. Outra especificidade foi o acentuar do espírito independentista, quer nos Açores quer na Madeira, bem como o testemunhar da descolonização. Era uma nova identidade arquipelágica que se ia construindo, processo que desembocou no reconhecimento das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

João de Melo, autor açoriano, integra com frequência na sua obra a história, a cultura e a identidade açorianas. No romance Livro de Vozes e Sombras (2020), o autor constrói uma narrativa em que passado e presente se relacionam, já que é pela voz da personagem de Cláudia Lourenço, jornalista, que é contada a aventura revolucionária nos Açores, as suas “vozes” e as suas “sombras”, a partir da longa entrevista que esta realiza a um ex-operacional da Frente de Libertação dos Açores (FLA), em que surgem temas como a ditadura, a Guerra Colonial, a descolonização e a integração europeia.

Cruzando vários espaços (Açores, Lisboa e África), Livro de Vozes e Sombras ganhou o Prémio Literário Urbano Tavares Rodrigues e o Grande Prémio de Literatura dst, e foi visto pela crítica viu como uma anti-épica, “uma espécie de avesso da epopeia” (José Riço Direitinho, Público). Esta comunicação procurará analisar o modo como o romance Livro de Vozes e Sombras revisita ficcionalmente a Revolução do 25 de Abril e o modo como esta foi vivida nos Açores. A par disto, analisar-se-á o contraponto que o romance estabelece entre o discurso e a memória do passado – dados pelo entrevistado que conta a sua experiência da Revolução – e a perceção do presente, reificada na jornalista que se desloca aos Açores com o objetivo de investigar esse passado.

Nota biográfica: Professora Associada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas) da Universidade dos Açores (UAc), investigadora integrada do CHAM – Centro de Humanidades e colaboradora do Centro de Investigação Joaquim Veríssimo Serrão.

Foi Presidente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UAc (2016-2021) e diretora da Biblioteca, Arquivo e Museu desta universidade (2014-2017). Atualmente é membro do Conselho Geral da UAc.

Dedica-se ao estudo da Cultura e Literatura Portuguesas, às questões de Identidade e aos Estudos Insulares. Publicou a obra A identidade nacional na literatura portuguesa. De Fernão Lopes ao fim do século XIX (2015, edição CHAM) e publica regularmente artigos e capítulos de livros. Tem participado em eventos científicos, em Portugal e no estrangeiro, com conferências e comunicações sobre as suas áreas de investigação, bem como sobre jornalismo.

Em 2014, ganhou o Prémio Centro de Investigação Joaquim Veríssimo Serrão com o ensaio «Diferentes perspetivas sobre a identidade nacional: o caso português».

Resumo: Nesta comunicação vamos dar ênfase ao que se passou na ilha do Faial entre o 25 de abril e a demissão de António do Spínola, em 30 de setembro do mesmo ano, ou seja, o que é que se alterou, localmente, num tempo marcado pela liberdade, que se desejava consciente e esclarecida, pela democracia, pela responsabilidade e pela mudança, mas que continuava a reger-se pelo calendário, pelas estações do ano, pelos dias santificados e festivos. A rotina misturava-se com os novos tempos.

Enquanto o mundo faialense dormia, e depois se preparava para mais uma quinta-feira, em Lisboa, entre o silêncio e a preocupação, decorria a “operação fim-regime”, que derrubaria a “longa noite de 48 anos”.

Dia que não seria abalado pelo que se estava a passar. Apenas o jornal Correio da Horta, publicitava na quarta página: “Registou-se em Lisboa uma subversão cujas principais características são ainda desconhecidas”. A população rural, cumprindo uma antiga tradição, levou a cabo a festa de São Marcos ou a procissão dos Cornos, porque “Não há maior irmandade / Que a do corno retorcido”.

Passadas 24 horas, podemos dizer que o Faial acordou para um tempo novo. Mas, a reviravolta provocada não constituiu sinal de euforia. Os faialenses viviam, desde 23 de novembro de 1973, com o amargo provocado por mais uma violenta crise sísmica; a esta situação juntamos outra realidade que pesava na vivência faialense: a tropa: ir para a guerra (o Ultramar), e que, infelizmente, ceifou a vida de 12 faialenses. Daí se esperar, para ver, se seria ou não cumprida a Lei 7/74, do Conselho de Estado, que reconhecia o “direito das colónias à independência”.

Dias andados, os faialenses vão aderir às comemorações do 1.º de maio.

De repente, a imprensa ao lado das “novidades de Lisboa”, começa a destacar: o Movimento Democrático da Ilha do Faial, a necessidade de saneamento e substituição dos corpos administrativos locais, as “atividades decorrentes do atual momento político”, a organização local dos partidos nacionais, a realização de “reuniões magnas” de reivindicação de diferentes corpos profissionais, a substituição da direção do jornal Correio da Horta, o novo vocabulário resultante da nova situação política e os novos senhores da política (a questão dos adesivos). A tudo isto os dois diários faialenses continuavam a fazer eco do viver quotidiano faialense nas suas diversas manifestações.

Nota biográfica: Doutor em História Contemporânea pela Universidade dos Açores, 2013.

Na mesma universidade concluiu, em 2008, o curso de mestrado com a tese *História, Património e Desenvolvimento numa cidade insular. A Horta entre 1853-1883*, e a licenciatura em História e Ciências Sociais, em 1983.

É Professor de História da Escola Secundária Manuel de Arriaga, onde, em 10 de novembro de 1993, fundou o Clube de Filatelia *O Ilhéu*. Em 2002 recebeu o “Prémio Godofredo Ferreira”, atribuído pela Federação Portuguesa de Filatelia, e pela mesma Federação a Ordem de Mérito Filatélico, em 2020.

Foi responsável pelo Centro de Estudos e Cultura da Câmara Municipal da Horta (1986-1989) e Diretor do Museu da Horta, 2001-2003.

Colaborou com a *Enciclopédia Açoriana* e é autor de mais de duas dezenas de publicações no âmbito da História Local, de que se destacam, entre outros: *O Ano do Vulcão* (1998), *Liceu da Horta. Memória Institucional* (2004), *A Geração do Vulcão* (2009), *História, Cultura e Desenvolvimento numa cidade insular. A Horta entre 1853-1883* (2010), *Uma cidade portuária. A Horta entre 1880-1926. Sociedade e Cultura com política em Fundo* (2014), *Pelo Campo. Correspondências da freguesia da Praia do Almocharife* (2016), *Freguesia dos Flamengos* (2021) e *Sociedade Filarmónica Lira e Progresso Feteirense* (2022).

Ler (n)o Pico: Antes e depois do 25 de Abril

Rosa Maria Goulart
José Carlos Pereira
Fernanda Medeiros

Resumo: Esta comunicação refere-se à leitura e ao acesso aos livros na ilha do Pico, Açores, de 1966 até aos nossos dias.

Partindo do princípio da importância do ato de ler e dos hábitos da leitura, sobretudo pelas suas componentes de comunicação, cultural aprendizagem ou lazer, a promoção e o desenvolvimento da leitura têm sofrido alterações significativas ao longo dos anos, quer ao nível dos contextos e processos, quer ao nível do acesso ou mesmo do formato dos textos.

Em Portugal, nem sempre o acesso aos livros e à leitura tem sido feito de forma ampla e equilibrada. Para o comprovar, esta comunicação vai reportar-se à situação dos Açores, antes do 25 de Abril, altura em que o arquipélago, dividido em Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes, era uma região pobre e atrasada, cuja oferta de bens culturais e bibliotecas era escassa, situação ainda agravada nas ilhas mais periféricas, como é o caso da ilha do Pico.

Procede-se a uma reflexão sobre o modo como era o acesso aos livros, na Ilha do Pico; primeiro, através da ação da Biblioteca Itinerante da Fundação Calouste Gulbenkian, serviço criado em 1958 e que disponibilizava uma variedade de livros, facilitando o acesso à leitura em regiões mais afastadas dos centros urbanos; segundo, sobre a implementação das bibliotecas municipais e da situação atual da leitura da mesma ilha.

Ao analisar a leitura na ilha do Pico, antes e depois do 25 de Abril, pretende-se responder a questões relacionadas com a leitura nas respetivas freguesias, a frequência e o tipo de livros lidos, bem como o perfil dos leitores e os principais constrangimentos no acesso aos livros, no sentido de verificação de melhoria ao longo do tempo até à situação atual.

Em termos metodológicos, os dados apresentados nesta comunicação resultam da consulta de documentos oficiais e da análise de conteúdo a entrevistas a leitores e responsáveis pelas bibliotecas na ilha do Pico, antes e depois do 25 de Abril.

Notas biográficas:

Rosa Maria Goulart é Professora Catedrática (aposentada) da Universidade dos Açores. É licenciada em Filologia Românica pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e doutorada em Literatura Portuguesa pela Universidade dos Açores, com uma tese intitulada *Romance lírico. O percurso de Vergílio Ferreira*.

Exerceu vários cargos de gestão universitária, entre eles o de diretora do Departamento de Línguas e Literaturas Modernas, de pró-reitora para a Extensão Cultural e Publicações, de vice-reitora para a Área Académica.

Além de estudos em revistas da especialidade, em actas de congressos e em obras coletivas, publicou em livro: *Romance lírico. O percurso de Vergílio Ferreira (Grande Prémio de Ensaio APE/TLP)*; *O Trabalho da Prosa*; *Artes Poéticas*; *Literatura e Teoria da Literatura em tempo de crise*.

José Carlos Pereira é Professor Auxiliar convidado da Universidade dos Açores. É licenciado em História e Ciências Sociais, mestre e doutorado em Educação pela Universidade dos Açores, com a tese: *Os hábitos de leitura dos estudantes açorianos*. É Professor de Português e História e Geografia de Portugal (grupo 200 do 2.º Ciclo).

Desempenhou funções de Diretor de Turma, coordenador de Departamento, vice-presidente do Conselho Executivo e Presidente da Assembleia da Escola.

É orientador de Estágio nos Mestrados em Ensino da História e Ensino de Português e Inglês.

Tem vasta experiência na formação de professores e na coordenação de projetos educativos. Coordenou diversos projetos internacionais, com alunos, em Bruxelas, Londres, Paris, Estrasburgo, Varsóvia, Madrid e Lisboa. Participou em várias palestras e congressos internacionais. Tem obra publicada e é coautor do manual *Português Interactivo*, da Plátano Editora.

Fernanda Maria Rodrigues Soares Medeiros é bibliotecária. É licenciada História e Ciências Sociais, e em História (via científica), pela Universidade dos Açores. É pós-graduada em Ciências da Informação e da Documentação e em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares, pela Universidade Aberta. Frequentou o mestrado de Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares, também na Universidade Aberta.

Foi bibliotecária na Biblioteca Pública Municipal das Lajes do Pico, nos anos de 2004 e 2005, e desde janeiro de 2006 até à presente data é a bibliotecária responsável pela Biblioteca Pública Municipal da Madalena, tendo coordenado vários projetos e atividades da biblioteca com a comunidade e com as escolas, nomeadamente a Biblioteca Itinerante.

Ao longo dos anos tem participado em várias formações, encontros, congressos nacionais e internacionais nas áreas da cultura, da biblioteconomia e da dinamização de bibliotecas.

Tem dois livros publicados, *Sociedade Filarmónica União e Progresso Madalense: 100 anos ao serviço da cultura* e a biografia de *Francisco de Matos Bettencourt (1922-2004)*.

Autonomia vs independência da Madeira (1974-75)

Lino Martins

Resumo: Após o 25 de Abril, assistiu-se a um vivo confronto político entre os ideais autonomistas e as pretensões separatistas do arquipélago da Madeira.

Desenvolveram-se diversas acções visando a implantação da autonomia e simultaneamente actos que pretendiam a separação da Madeira do território nacional. Foi um período marcado por uma acesa polémica, com episódios de expressiva agressão ideológica e de forte violência física.

Os objectivos desta comunicação são identificar, explicar e compreender o pensamento de personalidades regionais e nacionais e de titulares de cargos públicos no debate entre a autonomia e a independência, bem como as posições dos movimentos e partidos políticos da época de 1974-75, relativamente a esta conflitualidade. De igual modo, pretende-se conhecer e entender as actividades empreendidas pelos dois pólos em disputa, o autonomista e o independentista, de cuja contenda saiu vitorioso o primeiro, através da instituição da Assembleia Legislativa e do Governo da Região Autónoma da Madeira.

Esperamos que este trabalho possa contribuir para a compreensão do papel da Madeira na viragem da História de Portugal e no curso da Revolução no espaço atlântico, designadamente no quadro das autonomias regionais e das suas consequências no desenvolvimento socioeconómico, político e cultural.

Nota biográfica: Natural de e residente em Machico, Região Autónoma da Madeira.

A nível académico, possui as seguintes habilitações: doutoramento em Ilhas Atlânticas: História, Património e Quadro Jurídico-Institucional, pela Universidade de Madeira (2023); mestrado em Estudos Regionais e Locais pela Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira (2016); licenciatura em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1983).

Autor das obras *O 25 de Abril na Madeira: Tensões sociais e políticas em 1974-75, à luz da imprensa regional* (tese de doutoramento), 2024 e *O 25 de Abril em Machico: Centro de Informação Popular*, 2017; sendo ainda coordenador da publicação *Machico, a sua história e a sua gente*, 1978.

Entre outras funções profissionais e públicas, foi professor, presidente da Junta de Freguesia de Machico, presidente da Câmara Municipal de Machico e deputado da Assembleia Legislativa Regional da Madeira.

Da Primavera Morna ao Verão Quente na ilha Terceira

Carlos Enes

Resumo: Neste trabalho apresento o desmantelamento das estruturas que sustentavam o Estado Novo; analiso o surgimento e o comportamento das novas forças políticas; o papel dos sindicatos e dos partidos nas greves realizadas em vários sectores; a tendência política dos jornais publicados em Angra do Heroísmo; o posicionamento dos lavradores nos dois momentos do processo político, ou seja, antes e depois do 11 de março; a “conquista” da rua pelas forças de esquerda; as células da Frente de Libertação dos Açores e o modo de atuação; a resposta dada pela FLA, com a perseguição, violência e expulsão de elementos da esquerda; a oposição ao movimento separatista, com destaque para os sindicatos e a Liga de Ação Patriótica dos Açores (LAPA), a partir de Lisboa; o percurso sinuoso da FLA terceirense, entre a opção autonomista e o separatismo.

Nota biográfica: Carlos Enes nasceu (1951) na Vila Nova, ilha Terceira.

Professor de História no Ensino Secundário, desde 1978, exerceu também funções docentes na Universidade Eduardo Mondlane (1981-84), Maputo, e na Universidade Aberta (1996-2003), Lisboa.

Mestre em História Contemporânea (1993), pela Universidade Nova de Lisboa, dedica-se há vários anos à investigação da história açoriana, com 20 livros e cerca de 25 artigos publicados, além da participação em colóquios e fóruns nas mais diversas instituições.

É autor do romance *Terra do Bravo* (2005), edição esgotada, *Cicatriz da Chuva (poesia)* e *A galope numa noite de búzios* (2023).

Foi deputado do Partido Socialista na Assembleia da República, 1911-1915 e agraciado com a Medalha de Mérito Profissional atribuída pela Assembleia Regional/Governo Regional.

Das obras publicadas destaque-se os seguintes livros

A economia Açoriana entre as duas guerras mundiais; Luís da Silva Ribeiro, *organização e recolha dos textos para os vol. IV, e vol. V das suas Obras*; *A Memória Liberal na Ilha Terceira* (2ª edição em 2023); *A Casa dos Açores em Lisboa*; *Vila Nova: pelos caminhos da sua história*; *A fotografia nos Açores*; *Álbum Terceirense*, 5 volumes; *Angra do Heroísmo: alma e memória*; *A oposição democrática em Ponta Delgada: das eleições de 1969 à Cooperativa Sextante*; *A violência da FLA quase tomou conta da ilha* (2ª edição 2024); *A terra tremeu em S. Jorge, em 1964*.

As instituições da memória açoriana num período de transição. 1974-1984

Maria Manuel Velásquez Ribeiro

Resumo: Em consequência do 25 de Abril de 1974, o panorama museal português sofreu uma alteração profunda, não só pela "explosão" de novos museus a que deu origem, mas também pelas profundas transformações que promoveu nas prátcas, nos programas e nas conceções dos já existentes. Nos Açores, o débil tecido museológico existente também foi varrido pelos ventos de uma mudança exponenciada pela conquista da ambicionada Autonomia que encontrou nos museus, na sua criação e reorganização tutelar, adequados instrumentos de afirmação identitária.

Esta comunicação procura problematizar as dinâmicas desse processo, visitar intervenientes, políticas e projetos que lhe deram corpo, e identificar perspetivas para o futuro dos seus legados.

Nota biográfica: Mestre em Museologia e Património e investigadora colaboradora do CHAM Açores. Técnica Superior de Museologia no Museu de Angra do Heroísmo.

Reivindicações e propostas na transição democrática em Ponta Delgada (1974-1976)

Ivo Veiga

Resumo: Com o golpe militar de 25 de abril de 1974 o regime político português ultrapassou os 48 anos de ditadura do Estado Novo. A partir de então verificou-se uma indefinição de regime que só conheceu uma maior clarificação a partir da crise de 25 de Novembro de 1975. Apesar das incertezas e impasses foi no arco temporal Abril de 1974-Abril de 1976 que se criaram os mecanismos institucionais do regime em construção, realizaram-se as primeiras eleições legislativas a 25 de Abril de 1976 e se constituiu a Assembleia Constituinte, em Junho de 1975, que viria a aprovar a Constituição da República Portuguesa a 10 de Abril de 1976 - e na qual ficou inscrita a autonomia regional.

Sem dúvida que um significativo número de obras, nomeadamente no âmbito dos estudos do poder regional, analisou diferentes aspectos da democratização na Região Autónoma dos Açores - um processo demorado e que se desenvolveu a diversos níveis. Mas importa ter uma leitura mais atenta do período de maior instabilidade e transformação (1974-1976). Durante esses dois anos surgiram novas formas de mobilização política, potenciais desafios para a tomada de decisões e a introdução de novos temas na esfera pública.

Ao analisar a informação recolhida através de fontes periódicas, como o Correio dos Açores e o Açoriano Oriental, esta comunicação pretende precisamente explorar as respostas que os principais partidos e actores com presença no espaço público tentavam dar aos desafios e transformações em curso no Arquipélago dos Açores e, em particular, em Ponta Delgada.

Nota biográfica: Investigador em História e Ciências Sociais no HTC-CFE. Doutor em Ciência Política (University College London, 2012). Os seus interesses de investigação incidem sobre os processos de democratização, transformações sociais e políticas e história da construção. É autor e editor de diversos livros e artigos relacionados com a história do processo revolucionário (1974-1976), eleições, instituições políticas e seus actores, nomeadamente Os Constituintes (em coordenação, Edições da Assembleia da República, 2020). Tem explorado de uma forma sistemática as possibilidades oferecidas pelos novos instrumentos digitais, usando análise textual qualitativa e quantitativa, assim como análise de redes sociais. Foi distinguido com o Selo de Excelência Marie Sklodowska-Curie Actions.

The Diaspora and the Revolution: The Activism and Mobilization of Portuguese-Americans in 1974-75

Daniela F. Melo

Resumo: In 1974, Portuguese-Americans received the news of the Carnation Revolution with great hope and expectation. Yet, as the revolutionary process unfolded towards ideological polarization and radicalization, they also worried that Communists might overtake democratic forces and permanently damage the Atlantic relationship between Portugal and the USA. With their eyes set on Portugal, the diaspora organized and mobilized to promote their interests in both Portugal and the USA. This presentation explores the varied and sophisticated ways in which Portuguese-Americans mobilized to influence the fate of the Portuguese Revolution, Azores self-determination, and US foreign policy towards Portugal.

Nota biográfica: Holds a Ph.D. and master's degree in Political Science from the University of Connecticut, and Bachelor of Arts in International Relations and in Italian from Connecticut College. She is a Fulbright scholar and has been the recipient of fellowships from the Tinker Foundation and the Luso-American Development Foundation. She is currently a lecturer in the division of Social Sciences at Boston University. Melo's work has been published in various journals including *Social Movements Studies*, the *Journal of Women in Politics & Policy*, *Foreign Policy Analysis and Comparative European Politics*. She has two forthcoming volumes in 2025. She is currently editing a book with Paul Manuel titled *After the Carnation Revolution: Social Movements in Portugal since 25 April 1974*. The volume is forthcoming with Liverpool University Press. Her second book, co-organized with Timothy Walker, titled *The Captain's Coup*, a first-time edition in English of Wilfred Burchett's books on the Portuguese Revolution, will be published with Verso.

Contributo para a História do Movimento Sindical nos Açores

José Olívio Rocha

Resumo: O percurso histórico do movimento sindical açoriano e português foi, desde os seus primórdios e até aos dias de hoje, um percurso tortuoso. Como movimento organizador dos trabalhadores, a mais fraca numa relação de trabalho, surge precisamente porque a exploração dos trabalhadores provoca a necessidade objectiva de se organizarem e defenderem da exploração, de que muitas vezes são vítimas.

Na análise do seu percurso histórico, desde as associações mutualistas, em muitos casos de carácter corporativo, até à actualidade, onde existem múltiplas correntes, tendências, não se pode omitir que os sindicatos tem por função e obrigação garantir a defesa dos interesses sócio laborais dos trabalhadores, interesses muitas vezes postos em causa pelo patronato, que pontualmente, como também de uma forma estrutural, com as alterações introduzidas em toda a legislação do trabalho.

A história do movimento sindical nos Açores, para além de eventos ocasionais, num sistema em que os sindicatos eram corporativos, tem factos dignos de registo, após o 25 de Abril de 1974. Em Angra do Heroísmo, uma das formas encontradas para dar expressão à organização e unidade dos sindicatos foi através de uma estrutura administrativa comum, onde cada estrutura sindical mantinha a sua autonomia e punha em comum a gestão dos recursos humanos, administrativos e materiais.

Este tipo de organização constituiu, já historicamente, uma base organizativa, que permitiu uma gestão mais rentável e equilibrada dos recursos disponíveis

Nota biográfica: Natural da freguesia de Santa Bárbara, concelho de Angra do Heroísmo, é Museólogo aposentado do Museu de Angra do Heroísmo.

Licenciado em História e Mestre em Relações Internacionais pela Universidade dos Açores onde, durante quatro anos, exerceu funções como Assistente Estagiário.

Foi director do Museu de Angra do Heroísmo, de 1989 a 2001, e Técnico Superior da mesma instituição, de 1988 a 2016.

Investigador na área da História e da Museologia no âmbito do Instituto Histórico da Ilha Terceira (IHIT). Actualmente exerce funções de Presidente do Instituto Histórico da Ilha Terceira



CONFERÊNCIA

Marcas de Abril: Memórias e percepções da Revolução e da sua dinâmica transformadora

Maria Fernanda Rollo

Historiadora. Doutorada e Agregada em História Contemporânea. Professora catedrática da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Coordenadora do Doutoramento em História. Coordenadora da Pós-Graduação em Políticas e Gestão de Ciência e Tecnologia; Coordenadora do Centro República (2011-). Membro do Research Council do Instituto Europeu de Florença.

Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2015-2018) Presidente do Instituto de História Contemporânea (2011-2015) Conceção e coordenação da infraestrutura ROSSIO (2011-2015) Comissária Nacional para as Comemorações do Centenário da República (2008-2011) Vice-presidente do Instituto de História Contemporânea (...-2011) Comendadora da Ordem Infante D. Henrique.

Tem como áreas de investigação História de Portugal no século XX; história da economia, da sociedade e da inovação no Portugal contemporâneo; história da engenharia em Portugal; participação de Portugal nos movimentos de cooperação económica europeia; história institucional, história empresarial; história das políticas e da organização da ciência em Portugal; ciência aberta, ciência cidadã – disseminação e democratização do conhecimento.

Coordenação de principais programas e projetos de investigação em curso: Memória para Todos (<https://memoriaparatodos.pt>) DESIR WP6 – DARIAH (Digital Research Infrastructure for Arts and Humanities) História e Património da PSP – Polícia de Segurança Pública (<https://historiaepatrimoniopolicia.wordpress.com/o-projeto/>) Memória dos Seguros e das Seguradoras (<http://memoriadoseguro.pt/o-projeto/>) Memórias da Emigração e das Comunidades Portuguesas Living Rivers, Erasmus+ Treasuring – Memórias da Gorongosa, Moçambique; História de Sines e do Complexo Industrial de Sines; Biografias dos Presidentes da Fundação Calouste Gulbenkian.



CONFERÊNCIA

Do Golpe de Estado à Revolução

Irene Flunser Pimentel

Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, mestre em História Contemporânea (século XX) e doutorada em História Institucional e Política Contemporânea, pela NOVA FCSH. É investigadora do IHC (NOVA FCSH) e coordenou, até 2012, o projecto, financiado pela FCT, «Justiça Política na Transição para a democracia em Portugal». Está a realizar um projecto de Pós-Doutoramento, aprovado pela FCT, «O processo de justiça política relativamente à PIDE/DGS, na transição para a democracia em Portugal». É autora e co-autora, entre outros, dos livros:

- *História das Organizações Femininas do Estado Novo (2000, 2001)*
- *Judeus em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial (2006)*
- *A História da PIDE (2007)*
- *Mocidade Portuguesa Feminina (2007)*
- *Vítimas de Salazar (2007), co-autoria;*
- *Biografia de um Inspector da PIDE (2008)*
- *Fotobiografia de José Afonso (2009, 2010)*
- *Tribunais Políticos, co-autoria (2009)*
- *Cardeal Cerejeira (2010).*
- *A Cada um o seu Lugar (2011)*
- *Salazar, Portugal e o Holocausto (2013), co-autoria*
- *Espiões em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial (2013)*
- *Memória e Justiça Política, coord.e co-autoria (2013)*
- *História da Oposição à Ditadura em Portugal (2014)*
- *Mulheres Portuguesas (2015), co-autoria*
- *O Comboio do Luxemburgo (2016)co-autoria*

Prémios: Carolina Michaelis, 1999, Adérito Sedas Nunes, ICS, 2007, Prémio Pessoa, Expresso e da Unysis, 2007, Especial da Máxima, 2008, *Seeds of Science*, 2009, Ensaio da Máxima, 2011 e *Chevalière de la Légion d'Honneur* francesa.

Os estudos de história das mulheres em Portugal sob o impacto do regime democrático (anos 1970-1980)

Irene Vaquinhas

Resumo: Nesta comunicação analisam-se as alterações provocadas pela Revolução de Abril na história das mulheres, tendo por base de análise o levantamento da produção historiográfica portuguesa naquela área, nos períodos imediatamente anterior e posterior ao 25 de Abril de 1974, de modo a que se possa apreender a sua evolução, rutura e/ou linhas de continuidade. O estudo inicia-se com a abordagem da produção científica da fase “pré-histórica” dos estudos de género, ou seja, de períodos anteriores a 1970, considerados por alguns autores os “anos zero” da sua emergência, para, de seguida, avançar para as décadas posteriores, já sob o impacto da democratização, ocorrida na sequência da Revolução de Abril, apontando os pressupostos epistemológicos em que os estudos assentam, bem como os seus condicionalismos e áreas temáticas exploradas e/ou em fase de desenvolvimento. Finalmente, destaca-se o modo como a constituição desta área de estudos influenciou a emergência de novos campos do conhecimento científico, contribuiu para a definição de lugares da memória do feminino e conduziu ao respeito pela diversidade cultural e pela democratização da cultura.

Nota biográfica: Full Professor at the Faculty of Arts and Humanities /University of Coimbra and an Integrated Researcher at the Center for the History of Society and Culture. Over the years she has taught courses and seminars in Bachelor's degrees, Master's (or 2nd Cycle) and Doctoral (or 3rd Cycle) Courses, mainly in the scope of Contemporary History of Portugal, Museology and Cultural Heritage and Heritage and Food Cultures. She has vast experience in academic supervision, participation in master's and doctoral juries (more than 150 academic examinations juries and has supervised or co-supervised around 100 Master's theses / Project and/or Internship Reports, PhD Theses or post-doctoral works), aggregation tests as well as competitions for the recruitment of full, associate and assistant professors in the most Portuguese universities and higher institutes. She was the Scientific Coordinator of the Center for the History of Society and Culture at the University of Coimbra, FCT's R&D unit, from November 2013 until October 2020. She has integrated Evaluation Panels for applications for Doctoral and Post-Doctoral scholarships (FCT) and juries for several national awards. She was Director of the 2nd Cycle in History, Specialization in Museology (2006-2013), the 2nd Cycle in Cultural Heritage and Museology (2013-2015), the 3rd Cycle in Higher Studies in History (2011-2014). She is a member of the Board of Directors of the Journal of History of Society and Culture and was its director from 2013 to 2020. She is currently director of the Master's degree in Food: Sources, Culture and Society. The program gives a strong emphasis to trans- and interdisciplinary approaches, addressing the topics of food, eating, gastronomy, tastes, culinary practices and table customs in the light of history, literature, geography and tourism. She is part of (or was part of) the expert team and/or Scientific and/or Editorial Committee of several national or international journals, including: *Revista Portuguesa de História*, *Faces de Eva*, *Ler História*, *DIAITA: Food&Heritage*, among others. She was a scientific consultant at the Science Museum of the University of Coimbra (Academic Collection) (2015-2020). She had collaborated on international projects, including Luso-Spanish Integrated Actions between the Universities of Braga, Coimbra and Santiago de Compostela with the project “Women, family and Heritage – Mulleres, familia e patrimonio” (2006-2008); History of Science at the University of Coimbra (1547-1933), funded by FCT (2009-2011); DIAITA project. Food Heritage of Lusofonia since 2014 and Project La construccion nacional en el mundo iberoamericano 1808-1930 (CONAIBER). The construction of the State and the nation in the Ibero-American world in the XIX century. Cantabria University (Spain), Project financed by the Spanish Government (since May 2019). She was a representative of the University of Coimbra in the ATHENA project (Advanced Thematic

Network for Activities on Women's Studies), of the EU. She has also been a member of scientific and/or organizing committees of numerous scientific initiatives, both national and international, and was present at more than 3 hundred meetings and scientific meetings in Portugal and abroad. She has published, including books, articles, prefaces, reviews and news, more than 150 studies. Irene Vaquinhas received 2 awards and and/or honours. She works in the Humanities area with emphasis in contemporary history of Portugal, rural history, history of forms of sociability, history of private life, history of women and gender and history of food heritage. One of her strong areas of research is the history of women and gender, having recently dedicated to investigating the history of women in universities, in particular the UC, without excluding other topics.

Noémia de Sousa e Natália Correia: um porvir no feminino

Claudia Pazos Alonso

Resumo: Esta apresentação debruça-se sobre duas grandes escritoras, Noémia de Sousa e Natália Correia. Ambas publicaram obras incontornáveis em pleno Estado Novo, numa tentativa de difundir a sua visão acerca de um futuro revolucionário -- que abraçasse a igualdade, nomeadamente no tocante à paridade de género. No caso da moçambicana Noémia de Sousa a análise deter-se-á sobre a colectânea *Sangue Negro* (1951), enquanto que no caso da portuguesa açoriana Natália Correia a análise centrar-se-á sobre *Cântico do País Emerso* (1961). Num contexto de censura implacável, trata-se de dois momentos marcantes de intervenção cívica nos seus respectivos países, cuja inspiração vai beber poesia de Florbela Espanca, para rejeitar a auto-censura, nomeadamente no que diz respeito ao corpo da mulher e à reivindicação do seu contributo intelectual e político, rumo à construção de dois países futuramente livres. Embora a linguagem literária, as vivências biográficas e o contexto geográfico de Noémia e Natália sejam diversos, esta apresentação pretende discutir uma série de pontos em comum: os seus respectivos estatutos marginais e ex-cêntricos enquanto mulheres durante a ditadura; a rebeldia através do extravasamento lírico, com um tipo de poesia dita “espontânea” (historicamente monosprezado pela crítica); e sobretudo a notável criatividade poética de ambas, no uso imagístico da natureza para vincar uma (in)temporalidade telúrica, ao serviço de uma visão utópica, a qual antecipa *O dia inicial inteiro e limpo / Onde emergimos da noite e do silêncio* (Sophia de Mello Breyner, '25 de Abril').

Nota biográfica: Professora de Estudos Portugueses e de Género, na Universidade de Oxford. Os seus interesses de investigação incidem sobre literatura e cultura no período compreendido entre o século XIX e a actualidade, principalmente no tocante a questões de género. É autora de vários estudos, entre os quais se destacam *Imagens do Eu na Poesia de Florbela Espanca* (1997); *Antigone Daughters? Gender, Genealogy, and the Politics of Authorship in 20th-Century Portuguese Women's Writing* (2011, com Hilary Owen); e *Francisca Wood and Nineteenth-Century Periodical Culture. Pressing for Change* (2020).

Coordenou vários livros e números especiais de revistas, em colaboração com colegas de diversos países.

Tem trabalhado no sentido de disponibilizar fontes primárias de autoria feminina em edições fiáveis, sendo a sua mais recente publicação *Anticlericalismo e Feminismo na Imprensa Oitocentista: os artigos de fundo de Francisca de Assis Martins Wood*. É também responsável, com Paulo de Medeiros, pela série da Peter Lang *Reconfiguring Identities in the Portuguese-speaking World*.

A Voz Literária Feminina e a Descolonização do Pensamento

Célia Cármen Cordeiro

Resumo: Em 1954, o governo português legislou o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, o qual definiu os direitos e os deveres dos indígenas das colónias portuguesas. Apesar de o objetivo dessa lei ter sido aumentar a assimilação da população nativa na cultura portuguesa, não a considerou enquanto detentora de direitos políticos. Na autobiografia de Isabela Figueiredo – *Caderno de Memórias Coloniais* (2009) – critica-se ferozmente o patriarcado e o racismo inerentes à relação entre os colonizadores portugueses e os indígenas, graças a uma vivência em plena liberdade de expressão que a Revolução do 25 de abril de 1974 trouxe a todos e, em particular, às mulheres portuguesas. Isabela era a filha única de colonizadores que emigraram para Lourenço Marques na década de 1950. Desde criança teve uma relação afável com os demais da sua idade, provenientes de etnias distintas e inclusive teve algumas experiências sexuais com colegas das classes mais pobres, maioritariamente negros. Logo, o espectro da sexualidade é explorado na obra de modo muito distinto daquele que a igreja católica impunha à época. Habituada a acompanhar o pai para todo o lado, a protagonista testemunhou a vivência quotidiana entre brancos e negros, desenvolvendo um pensamento próprio sobre aquilo que via e ouvia, o que se repercutiu nas suas atitudes. Por conseguinte, era percebida como sendo diferente ante os olhares alheios. Nesta comunicação, argumento que o *Caderno de Memórias Coloniais* se constitui enquanto «ficção da memória» (Newman 2003), na qual a narradora utiliza a figura do pai como representante da violência do colonizador perante a população nativa da ex-colónia. Tal método de rememoração contribuiu não só para descolonizar o pensamento dos leitores face à colonização portuguesa, mas ainda se constitui enquanto processo terapêutico de sanção da sua experiência enquanto colonizadora e sujeito de identidade fragmentada. Recorrendo à abordagem de Richard Kearney (2002) sobre a memória, argumento que as memórias da protagonista desencadeiam uma catarse que a liberam do trauma vivido e abrem espaço à sua cicatrização interna através da ficção narrativa. Ademais, a memória cultural e a identidade da escritora estão interligadas na forma como o género, a raça e a classe social impactaram a participação do corpo feminino no processo de reconstrução dessa memória numa era de vivência democrática.

Por conseguinte, a memória cultural ficou registada no corpo, permitindo o cruzamento entre a história individual e a história da nação portuguesa.

Nota biográfica: Doutorada em Literaturas e Estudos Culturais Luso-Afro- Brasileiros pela Universidade do Texas em Austin (2018). É Mestre em Literaturas e Culturas Lusófonas pela Universidade de Minnesota (2012). Foi Professora Auxiliar Visitante de Português na Bridgewater State University, Massachusetts (2018/19). É autora da obra *Ana de Castro Osório e a Mulher Republicana Portuguesa*, Lisboa: Fonte da Palavra (2012). É investigadora Integrada regular do CHAM Açores e Investigadora Colaboradora do CHAM Nova FCSH, no Grupo Estudos Transculturais, Literários e Pós-Coloniais, assim como investigadora integrada do CEMRI (UAb), no Grupo de Investigação em Estudos sobre as Mulheres – Género, Sociedades e Culturas. Tem desenvolvido trabalho sobre o papel das mulheres republicanas em Portugal, bem como explorado sobre a produção cultural das imigrantes lusas e luso-descendentes na diáspora portuguesa na contemporaneidade. Atualmente, colabora no projeto internacional “Literatura de Mulheres: Memórias, Periferias e Resistências no Atlântico Luso-Afro-Brasileiro” - <https://womenlit.fcsch.unl.pt/>

A escrita da história: a Revolução dos Cravos a partir das obras *Retrato dum amigo enquanto falo* de Eduarda Dionísio e *Ora Esguardae* de Olga Gonçalves

Gemma Nadal

Resumo: Esta comunicação tem como objetivo analisar a visão da Revolução dos Cravos que veiculam duas obras de autoria feminina: *Retrato dum amigo enquanto falo* de Eduarda Dionísio e *Ora Esguardae* de Olga Gonçalves. Estes livros, aparecidos em 1978 e 1982 respetivamente, contribuíram a criar um afresco histórico de uns fatos ainda recentes demais para ser abordados a partir da historiografia. Assim, Eduarda Dionísio e Olga Gonçalves elaboram um diálogo muito bem conseguido entre história e literatura, que tem lugar por meio de artefactos literários pouco convencionais, como uma espécie de transuntos dos tempos de mudança e renovação que estão a retratar. Em resumo, ambas as obras constituem um material privilegiado para refletir sobre as relações entre história e literatura.

Nota biográfica: É licenciada em Filologia Catalã pela Universidade Autónoma de Barcelona e em Filologia Portuguesa pela Universidade de Barcelona, onde também obteve o DEA em Filologia Românica. É doutoranda em Estudos Humanísticos pela Universidade Rovira i Virgili de Tarragona. Áreas de investigação: literaturas portuguesa e catalã contemporâneas, literatura da memória, e estudos pós-coloniais, feministas e do subalterno. É autora de artigos sobre literatura portuguesa e literatura catalã e tradutora de várias obras.

Mulheres e Revolução – o contributo das seareiras

Cecília Honório

Resumo: No reconhecimento da centralidade das revistas de ideias e cultura para a história cultural e política do século XX, a comunicação dará visibilidade às autoras da *Seara Nova* na resistência à ditadura e na Revolução. Considerando a centralidade do debate em torno das políticas da memória, opta-se pela inscrição dos seus nomes e causas.

Neste eixo de visibilização e no quadro dos debates em torno das condicionantes dos feminismos e das lutas e conquistas das mulheres na Revolução, procura-se discutir a tese da descontinuidade entre os feminismos dos inícios do século XX e os anos 70, convocando temas e protagonistas. Por outro, registam-se e debatem-se referências e imagens quer de mulheres trabalhadoras quer da relação Revolução-mulheres, ensaiando avaliar o seu impacto na agenda dos direitos das mulheres.

Nota biográfica: Doutorada em História das Ideias Políticas pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, é professora e investigadora integrada do CHAM-Centro de Humanidades (FCSH-Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores, do Grupo Pensamento Moderno e Contemporâneo. Colabora com a equipa de investigadores do Portal RIC - Revista de Ideias e Cultura. Com enfoque no pensamento político, publicou e coordenou diversas obras, destacando-se, no contexto, *Mulheres contra a Ditadura*, Bertrand, 2014. Desenvolve, ao presente, investigação sobre as mulheres rurais e o 25 de Abril.

Os Memoráveis, de Lídia Jorge: entre o relato da História e o da criação do mito

Conceição Brandão

Resumo: *Os Memoráveis* é um romance que surge ancorado na ideia de uma necessidade de traduzir qualquer coisa que precisava de ser revista, sem que nesse desafio se fizesse uma repetição dos factos, uma análise escatológica da história – nele, vive-se neste outro tempo destemido, outra linguagem, outras simbologias, outras inquietações. Era preciso ir ao epicentro do tumulto para lhe extrair a raiz. É assim descrita, por Lídia Jorge, a necessidade de publicar esta obra: «Claro que, passados todos estes anos, e ancorados no furacão do mundo actual, o desafio agora era bem diferente. Só poderia ser assim, n’*Os Memoráveis* as figuras do passado ressuscitam no futuro».

A propósito do seu romance, *Os Memoráveis*, Lídia Jorge esclarece ainda que, sendo o livro «sobre uma batalha portuguesa ganha para a História», mas desvanecida pela memória, ela pretende, através desta criação romanesca, falar da passagem do tempo e do seu papel transfigurador. Há como que uma necessidade de mostrar que algo se perdeu, ou seja, que o conjunto dos três jovens repórteres, revelam um olhar posterior, um olhar que data, portanto, de um tempo em que a pátria que, há quarenta anos, «interpretou uma história revolucionária exemplar perdeu o seu rumo e a sua autonomia» (Lídia Jorge). A novidade do ponto de vista encontrado para contar a história desse dia único consiste num olhar a partir do futuro, ou seja, de um tempo em que a memória da “metralha” já quase desapareceu. Na realidade, os anos vão passando, a sociedade moderniza-se, porém, continua a existir um país indolente e amedrontado, que não se expressa e que se demite. Ao mesmo tempo, em *Os Memoráveis*, as personagens, projetadas de um tempo eufórico mas inalcançável, sobrevivem dentro das suas cápsulas submersas na água do passado, plasmadas numa realidade que já não é, por isso, são já mitos a viver num lugar de (auto)exílio, esquecidos do tempo e, como tal, são figuras fantasmáticas. O olhar da escritora é de revisitação por vezes irónica, outras vezes sobressaltada, vivendo do efeito de surpresa entre o relato da História e o da criação do mito.

Nota biográfica: Doutorada em Literatura Portuguesa pela Universidade Católica Portuguesa e Mestre em Línguas, Literaturas e Culturas pela Universidade de Aveiro, tendo centrado o seu trabalho de dissertação na obra de Lídia Jorge. Foi investigadora do Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos em Literatura portuguesa na universidade onde se doutorou. É atualmente membro integrado do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa (FLUP).

Em 2014 publicou o livro *Formas de Silêncio em “Combateremos a Sombra” de Lídia Jorge* e participou, como oradora, nas Conferências do festival literário «Escritaria», em Penafiel, que, nesse ano, homenageou Lídia Jorge. Em 2016, publicou o livro de poesia *Morrer na Luz*, prefaciado por Lídia Jorge, o conto «Imaginemos um Reino» (selecionado para uma antologia de contos infanto-juvenis – *Phantasia*) e o conto «Cada dia é diferente», inserido no livro *Vi(r)agem* (publicado no âmbito do projeto ASAS).

Tem participado em Colóquios Internacionais, de que resultaram diversas publicações no estrangeiro. Em 2020 participou no Colóquio em homenagem à escritora de *O Dia dos Prodígios*, a propósito dos quarenta anos da publicação desse romance, na Biblioteca Nacional de Lisboa. Publicou, neste mesmo ano, um artigo na *Colóquio Letras*, «Diante da manta do soldado: tempo, memória e transmutação lírica na obra de Lídia Jorge».

Tem vários artigos publicados em revistas (*Colóquio/Letras*, *Jornal de Letras Artes e Ideias*, *Cintilações*) e outras publicações colectivas, nacionais e estrangeiras, de que se salienta a publicação do texto “A Imagem de um parado correndo: *O Jardim Sem Limites* de Lídia Jorge e o cinema de Tarkovsky, in *The Power of the Image in the Work of Lídia Jorge*, (Nazaré Torráo and Cândido Oliveira Martins, eds), Peter Lang, Oxford, United Kingdom (2023) e o artigo “Lídia Jorge, *Misericórdia: O Magma poético*” no *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, nº1386, Ano XLIII.

A importância da memória em democracia. A música e a poesia

Eduardo M. Raposo

Resumo: Pretendemos refletir sobre a importância da memória enquanto instrumento diferenciador, que defende e consolida uma sociedade democrática como a que se iniciou em Portugal, em 1974. Nesse sentido, resgatar da memória e dar a conhecer às novas gerações as alterações socioculturais modificaram profundamente Portugal, possibilitando a democratização da sociedade portuguesa, são aspetos significativos a ter presente.

A comparação entre alguns indicadores caracterizadores da sociedade portuguesa em 1974 e em 2024, permitem perceber a transformação radical operada nestes 50 anos de regime democrático.

Todavia, dos três Des, a que se propunha a revolução do 25 de Abril: Descolonização, Democratização e Desenvolvimento, só o primeiro foi integralmente cumprido. A provável perenidade da democracia, como fato irreversível, pode afinal não se confirmar. Assim, hoje mais do que nunca, é importante a memória para defender a democracia, valorizando-a, se possível aprofundando-a, face às adversidades e perigos que atualmente enfrenta e que a fragiliza.

Relativamente ao desenvolvimento, muito falta concretizar. Nesse sentido, a atualidade do 25 de Abril passa pela sua reinvenção.

Por outro lado motiva-nos fazer uma leitura, nestes 50 anos, através da perenidade da música e da poesia. No caso da “Grândola, Vila Morena”, enquanto senha da revolução, sinalizando a característica progressista e antifascista do próprio golpe militar, a importância icónica que adquiriu como símbolo, para quem se identifica com o 25 de Abril e com as expectativas que criou, consagradas na Constituição de 1976, mas também o papel identitário e congregador da Nação portuguesa, como aconteceu em plena “troika”, cantada para reafirmar a identidade nacional face à ingerência económica estrangeira.

O Outro tema análise, “Liberdade”, de Sérgio Godinho mantém, 50 anos depois a atualidade, pois neste tema, aspetos como “A paz, o pão, habitação”, continuam infelizmente particularmente atuais.

Nota biográfica: Investigador Integrado Doutorado do CHAM – Centro de Humanidades (FCSH- Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores).

Dirigiu/dirige revistas culturais - *Alma Alentejana-Revista Cultural* (1998/1999), *Memória Alentejana*, desde 2000 e organizou mais de 90 colóquios, conferências, tertúlias e outros. Salienta-se a realização do ciclo de colóquios sobre, entre outros: “Revoluções”, (15 colóquios em Almada 2021 a 2023) e “A importância de Memória na Defesa da Democracia (em curso na Biblioteca Municipal de Beja).

Publicou 500 artigos e entrevistas na imprensa em duas dezenas de publicações.

Jornalista, dirigente associativo. Presidente do CEDA - Centro de Estudos Documentos do Alentejo-Memória Colectiva e Cidadania, da Associação Amigos da Cidade de Almada, Diretor da Revista *Memória Alentejana*

Estuda e divulga, entre outros, a Poesia Luso-Árabe - colóquios internacionais - o Cante Alentejano -aniversários do Cante Património da Humanidade e congressos - e o Canto de Intervenção e José Afonso, em recitais e colóquios (Casa da Música, Badajoz, Teatro Garcia de Resende, Centro de Artes de Sines, Fórum Romeu Correia, Casa do Alentejo, SPA), entre mais de 5 dezenas.

Participação em publicações científicas: *Estudios Extremeño*, *Callipole*, *História*, Atas de congressos internacionais PHI – CHAM (Sorbonne, Londres, Porto, Sevilha), *Memória Identitária e a Cidadania - Conferências Casa da Música* (2007) e outros, dezenas de encontros e colóquios

e recolha de testemunhos de Resistente para o Museu do Aljube e Roteiros sobre Património local.

Organização de Ciclo de Cinema Transtagano – centenário nascimento de Urbano Tavares Rodrigues – FMRC (2024). Organização de homenagens a Lorca, Adriano, Urbano, Brito Camacho, José Salgueiro.

Publicou oito livros (o nono no prelo): Biografias - Cláudio Torres, Urbano e Fonte Santa); Canto de Intervenção (dois), a Poesia Luso-árabe na Nova Música Portuguesa, uma antologia poética, associativismo.

Participação em obras coletivas: *Enciclopédia da Música em Portugal no Século XX* (2010); *Casa do Alentejo. Cultura, Liberdade e Solidariedade – 100º Aniversário* (2023) e *Contos à ASSESTA: Liberdade*.

Ecologies of performance in the Portuguese post-revolutionary period: working with (and for) the children as seen through INTERVENÇÃO (1977-1982) magazine

Ana Bigotte Vieira

Resumo: Within the framework of the research for the ARTHE /Archiving Theatre – on Independent Theatre and decentralization in the aftermath of the Portuguese Revolution I started to focus on the work undertaken by the theatre companies with (and for) the children in the aftermath of the revolutionary period in Portugal. In this context I found out the magazine INTERVENÇÃO a forum for the discussion on social and artistic practices after the end of the revolutionary process. In this presentation, by analyzing INTERVENÇÃO magazine, I would like to discuss the work undertaken by both the independent theater and decentralization groups with children as part of a complex ecosystem of social and cultural practices which is urgent to fully understand in detail to address the cultural and artistic practices of this period.

More info:

The project ARTHE - Archiving Theatre – funded by The Foundation for Science and Technology, Lisbon – is committed to studying what has been called “Independent” theater, the umbrella term for the heterogeneous group of non- commercial companies that emerged around the Portuguese revolution. The project addresses experimentation in the performing arts as seen through the archives of the very theater companies, from a transnational point of view. These companies, which started their operations in the 1960s under the shadow of dictatorship, cultivated deep international connections and eventually became pioneers in advocating for “cultural decentralization”. This decentralization journey evolved across an array of related movements and campaigns, such as the alphabetization campaigns, the creation of local residents’ commissions, cultural dynamization plans, literacy programs, and initiatives supporting the occupation of abandoned houses and lands.

INTERVENÇÃO was a magazine, published between 1978 and 1982, which aimed to debate cultural decentralization. With its bold graphics, at the crossroads between social service (supporting the population, improving living conditions) and cultural animation (bringing theater and cinema to the people), it accompanied concrete projects from north to south of the country to Cape Vert to Guiné Bissau or São Tomé e Príncipe.

Nota biográfica: (1980, Lisbon), is Co-IR of the FCT Archiving Theatre project and an integrated researcher at the Institute of Contemporary History. She has published *Uma Curadoria da Falta*, about the ACARTE service of the Calouste Gulbenkian Foundation in 1984-1989, based on her doctoral research. Between 2018 and 2023 she was part of the curating team at Teatro do Bairro Alto. Together with João dos Santos Martins, she started the project *For a Timeline to Be – genealogies of dance as an artistic practice in Portugal*, of which *dance not dance – archaeologies of new dance in Portugal* is the 7th edition.

Gente Infeliz – com ou sem lágrimas? De 1988 a 2020: para uma abordagem literária do fenómeno dos retornados no (ator) autor João de Melo

Pedro Cordeiro Ponte

Resumo: Esta comunicação pretende apresentar uma proposta de análise literária a dois romances de um consagrado autor português - e açoriano - João de Melo, com um arco temporal considerável, *Gente Feliz com Lágrimas* (1988) e *Livro de Vozes e Sombras* (2020), fazendo uso de metodológicas historiográficas como "the history from the below" e, igualmente, de teoria literária, caso do "autor-ator": De modo a responder à questão da produção literária como objeto autobiográfico e de cariz político, como foram retratados os retornados portugueses vindos de África, num objeto cultural como a literatura, por um autor que viveu todo este período histórico-social, ainda numa época considerada pós -colonial e "quente" e, posteriormente, com o distanciamento necessário, que memória histórica ficou e foi passada a narrativa, passadas cinco décadas?

Nota biográfica: Professor de História (3.º Ciclo e Secundário) e Consultor Histórico (SP Televisão). Doutorando em Estudos Portugueses, mestre em Ensino de História (FCSH/Nova), pós-graduado em História Insular e Atlântica e licenciado em Estudos Euro- Atlânticos, ambos pela Universidade dos Açores.

Foi Professor Assistente-Convocado no IGOT - Universidade de Lisboa, em História da Emigração e, igualmente, estagiário do Consulado dos EUA em Ponta Delgada e funcionário da Embaixada dos EUA em Lisboa.

Foi duas vezes bolseiro da FLAD, nos EUA, em virtude de projetos de investigação (Brown University e UMass Dartmouth), ligados ao transnacionalismo político nas comunidades emigrantes e ao impacto sócio-económico da Base das Lajes.

“Retornar pela literatura – histórias dos *retornados*”

Tamara Sobolska

Resumo: A comunicação “Retornar pela literatura – história dos *retornados*” tem por objectivo apresentar uma certa reflexão e análise do fenómeno dos retornados refletido na literatura portuguesa dos últimos tempos, tendo como pano de fundo a história da presença portuguesa em África e o acontecimento fulcral para o Portugal do século XX – o 25 de Abril. As obras analisadas abrangem o período entre os anos 70 do século XX e os anos 20 do séc. XXI e são, entre outras, a obra emblemática da Dulce Maria Cardoso *O Retorno, Caderno das Memórias Coloniais* e *A Gorda* da Isabela Figueiredo ou menos recorrida e praticamente esquecida – *A última viagem – o êxodo dos brancos de Angola*, de António Pires.

A comunicação será uma tentativa de resposta às perguntas: o quanto são vivas as histórias do *retorno*; como os *retornados* foram recebidos e como eram vistos pelos compatriotas de Portugal continental; como eles próprios viam e avaliavam a realidade da pátria continental e a vida dos habitantes dela; se e como voltam ao momento do “regresso” passados anos e décadas.

Nota biográfica: Professora no Departamento de Pesquisa Interdisciplinar em Países de Língua Portuguesa do Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos, que faz parte da Faculdade de Novas Filologias da Universidade de Varsóvia (Polónia). A parte didática do seu trabalho está ligada ao ensino da História de Portugal do séc. XIX, XX e XXI, da Cultura de Portugal como também da Língua Portuguesa como língua não materna. As áreas do interesse científico da m.e. Tamara Sobolska relacionam-se com a literatura e história contemporâneas de Portugal (sobretudo no período após 25 de Abril) e com a psicologia social. Está a preparar a tese do doutoramento dedicada à “visibilidade” _dos retornados na literatura portuguesa nos últimos 50 anos.

Participou na organização de várias conferências como p.ex. *Colóquio Comemorativo dos 40 anos do 25 de Abril (Re)pensar Abril* (Universidade de Varsóvia, Faculdade de Novas Filologias, 2014) ou Congresso “A VOLTA AO MUNDO EM 40 ANOS” *Encontros e reencontros em língua portuguesa* (Universidade de Varsóvia, Faculdade de Novas Filologias, 2018) nesse último com a comunicação intitulada *40 (e um pouco mais) anos da educação em Portugal*.

Publicou na imprensas polaca vários artigos a popularizar a história e a cultura portuguesa. Traduziu umas posições da literatura portuguesa contemporânea como p.ex. *Os Memoráveis* de Lídia Jorge (edição polaca por Św_i_a_t_ K_s_i_ązk_i, 2018) ou livros da banda desenhada (em colaboração com Jakub Jankowski do mesmo Departamento): *Salazar, agora e na hora da sua morte* de João Paulo Cotrim e Miguel Rocha (edição polaca por timof comics, 2020) e *História de Lisboa* de Felipe Abranches e A.H. de Oliveira Marques (edição polaca por timof comics, 2021)

50 Anos do 25 de Abril: história e memória

Maria Inácia Rezola

Resumo: Desde março de 2022 que os portugueses podem afirmar que o seu país vive há mais tempo em democracia do que viveu em ditadura. Esta realidade ganha maior significado se tivermos em conta que, quando do seu derrube, a ditadura portuguesa (1926-1974) era a mais longa da Europa Ocidental do século XX, contando com 48 anos de existência.

Momento central do Portugal contemporâneo, o 25 de Abril tem uma presença muito forte na memória dos que o viveram mas também na memória pública e coletiva do país. Como observou José Medeiros Ferreira, o 25 de Abril «marca uma era» e «divide a sociedade em antes e depois», «tantas são as ocasiões em que é tomado por referência: ‘antes do 25 de Abril...’, ‘só com o 25 de Abril’, ‘depois do 25 de Abril’, são expressões coloquiais quotidianas que marcam os últimos vinte anos» (Ferreira, 1993: 11).

A distância de cinco décadas confere a esse acontecimento o inegável estatuto de objeto histórico, passível de análises cada vez mais distanciadas e plurais, como o atesta a profusão de publicações e de estudos sobre a revolução portuguesa. Da mesma forma, as celebrações que anualmente se realizam para assinalar o aniversário do 25 de Abril têm transmitido a imagem de um país reconciliado com o seu passado e com a forma como se operou a passagem da ditadura para a democracia.

Com esta comunicação propomo-nos apresentar as principais linhas interpretativas da Revolução de 1974-1975, fazendo um breve balanço sobre o que sobre ela se tem escrito. Paralelamente, procuraremos lançar algumas pistas de reflexão sobre a forma como a história e a memória do período circulam e se debatem no espaço público. Para tal, procederemos à recuperação de alguns momentos em que a história da ditadura e do 25 de Abril foram debatidos na arena pública.

Nota biográfica: Doutorada em História pela FCSH-UNL (especialidade História Institucional e Política Contemporânea) e investigadora do Instituto de História Contemporânea da mesma faculdade. É Professora Coordenadora na Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa (ESCS-IPL). Tem vários livros e artigos publicados na área da História Contemporânea, nomeadamente sobre o 25 de Abril e o Estado Novo. Desde Abril de 2022, que exerce funções como comissária executiva da Estrutura de Missão das Comemorações do Quinquagésimo Aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974.



CONFERÊNCIA

How 25 April Shaped Democracy's Future in Portugal and Beyond

Robert Fishman

Professor de Ciência Política e Sociologia na Universidade Carlos III, em Madrid, desenvolve trabalho comparativo em torno de temas de política e cultura, mudanças culturais, democracia e prática democrática, consequências das desigualdades e protesto social. Dirigiu uma CONEX-Marie Curie Fellowship na Universidade Carlos III . Foi professor e investigador na Universidade de Notre Dame, professor associado na Universidade de Harvard, bem como professor convidado no Instituto Juan March (Madrid) e na Universidade Pompeu Fabra (Barcelona). É doutorado em Sociologia pela Universidade de Yale.